

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração do Fluxo de Caixa	10

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	11
DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	12
Demonstração do Valor Adicionado	13
Comentário do Desempenho	14
Notas Explicativas	16

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	60
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	86.371
Preferenciais	0
Total	86.371
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	05/08/2015	Juros sobre Capital Próprio	28/08/2015	Ordinária		0,61554

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	41.524.455	38.204.992
1.01	Ativo Circulante	21.990.065	22.630.574
1.01.01	Disponibilidades	258.206	197.642
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	11.777.096	8.244.319
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	11.777.096	8.167.819
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	0	76.500
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	776.565	6.053.427
1.01.03.01	Carteira Própria	156.983	3.859.220
1.01.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	619.582	281.551
1.01.03.03	Vinculados a Prestação de Garantias	0	211.829
1.01.03.04	Vinculados a Compromisso de Recompra	0	1.700.827
1.01.04	Relações Interfinanceiras	210.003	345.873
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	76.024	1.297
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	130.941	313.791
1.01.04.03	Tesouro Nacional Recursos do Crédito Rural	87	28.387
1.01.04.04	Repases Interfinanceiros	1.902	1.281
1.01.04.05	Correspondentes	1.049	1.117
1.01.06	Operações de Crédito	5.246.799	5.263.251
1.01.06.01	Setor Público	217.641	180.390
1.01.06.02	Setor Privado	5.723.318	5.433.734
1.01.06.03	Provisões para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	-694.160	-350.873
1.01.08	Outros Créditos	3.689.469	2.498.388
1.01.08.02	Carteira de Câmbio	1.265.845	672.788
1.01.08.03	Rendas a Receber	12.166	11.986
1.01.08.04	Negociações e Intermediações de Valores	3	4
1.01.08.05	Diversos	2.584.538	1.838.798
1.01.08.06	Provisões para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-173.083	-25.188
1.01.09	Outros Valores e Bens	31.927	27.674
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	11.481	10.550
1.01.09.02	Provisões para Desvalorizações	-623	-694
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	21.069	17.818
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	19.304.340	15.344.660
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	11.871.258	8.253.491
1.02.02.01	Carteira Própria	9.295.582	7.833.371
1.02.02.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	1.671.453	56.751
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	491.367	225.736
1.02.02.04	Vinculados à Prestação de Garantias	412.856	137.633
1.02.03	Relações Interfinanceiras	58.992	56.648
1.02.03.01	Tesouro Nacional Recursos do Crédito Rural	17	16
1.02.03.02	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	58.024	54.710
1.02.03.03	Repases Interfinanceiros	951	1.922
1.02.05	Operações de Crédito	6.942.527	6.473.046
1.02.05.01	Setor Público	1.428.969	1.182.396
1.02.05.02	Setor Privado	5.825.680	5.805.292
1.02.05.03	Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	-312.122	-514.642

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1.02.07	Outros Créditos	431.563	561.475
1.02.07.02	Rendas a Receber	18.049	18.048
1.02.07.03	Diversos	459.916	589.885
1.02.07.04	Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-46.402	-46.458
1.03	Ativo Permanente	230.050	229.758
1.03.01	Investimentos	1.898	1.879
1.03.01.04	Outros Investimentos	7.201	7.182
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-5.303	-5.303
1.03.02	Imobilizado de Uso	211.487	211.314
1.03.02.01	Imóveis de Uso	167.682	157.972
1.03.02.02	Reavaliações de Imóveis de Uso	107.628	107.628
1.03.02.03	Outras Imobilizações de Uso	263.139	252.848
1.03.02.04	Depreciação Acumulada	-326.962	-307.134
1.03.04	Intangível	16.610	16.406
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	16.610	16.406
1.03.05	Diferido	55	159
1.03.05.01	Gastos de Organização e Expansão	362	1.199
1.03.05.02	Amortização Acumulada	-307	-1.040

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	41.524.455	38.204.992
2.01	Passivo Circulante	15.793.718	16.431.052
2.01.01	Depósitos	4.979.988	6.244.818
2.01.01.01	Depósitos à Vista	240.605	175.199
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	1.934.007	1.956.179
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	1.060.138	1.212.009
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	1.745.238	2.901.431
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	1.541.649	1.699.988
2.01.02.01	Carteira Própria	1.541.649	1.699.988
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.383.506	891.420
2.01.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	198.341	83.372
2.01.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	1.185.165	808.048
2.01.04	Relações Interfinanceiras	53.078	939
2.01.04.01	Recebimento e Pagamentos a Liquidar	53.078	939
2.01.05	Relações Interdependências	12.931	9.243
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	12.426	9.235
2.01.05.02	Transferência Interna de Recursos	505	8
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	1.251.347	1.066.651
2.01.06.02	Empréstimo no Exterior	1.251.347	1.066.651
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	155.537	144.935
2.01.07.01	Tesouro Nacional	410	659
2.01.07.02	BNDES	127.439	115.918
2.01.07.03	FINAME	27.688	28.358
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	173.711	114.573
2.01.09	Outras Obrigações	6.241.971	6.258.485
2.01.09.02	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	38.179	2.677
2.01.09.03	Carteira de Câmbio	251.757	2.208
2.01.09.04	Sociais e Estatutárias	9.387	160.668
2.01.09.05	Fiscais e Previdenciárias	438.702	438.165
2.01.09.06	Negociação e Intermediação de Valores	101	91
2.01.09.07	Fundo Financeiros e de Desenvolvimento	3.439.339	3.994.320
2.01.09.08	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	66.159	83.648
2.01.09.09	Diversas	1.998.347	1.576.708
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	22.988.210	18.406.131
2.02.01	Depósitos	5.576.357	5.680.609
2.02.01.02	Depósitos Interfinanceiros	190.480	213.706
2.02.01.03	Depósito a Prazo	5.385.877	5.466.903
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	125.312	56.359
2.02.02.01	Carteira Própria	125.312	56.359
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.083.360	794.542
2.02.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	0	40
2.02.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	1.083.360	794.502
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	1.523.283	1.486.152
2.02.07.02	BNDES	1.403.273	1.348.109

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.02.07.03	FINAME	120.010	138.043
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	984.945	732.642
2.02.09	Outras Obrigações	13.694.953	9.655.827
2.02.09.02	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	7.805.655	4.658.540
2.02.09.03	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	1.367.989	1.272.892
2.02.09.04	Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	1.741.169	1.605.289
2.02.09.05	Diversas	2.780.140	2.119.106
2.05	Patrimônio Líquido	2.742.527	3.367.809
2.05.01	Capital Social Realizado	2.844.000	2.844.000
2.05.03	Reservas de Reavaliação	17.153	19.394
2.05.03.01	Ativos Próprios	17.153	0
2.05.04	Reservas de Lucro	472.987	687.911
2.05.04.01	Legal	193.345	185.439
2.05.04.02	Estatutária	276.581	462.009
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	3.061	40.463
2.05.04.07.02	Reserva Especiais de Lucros Outros	0	40.463
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-620.481	-183.496
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-620.481	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	28.868	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	2.192.213	4.964.704	1.246.518	3.002.289
3.01.01	Operações de Crédito	788.709	1.809.832	441.937	1.229.691
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	795.297	2.159.918	607.709	1.630.766
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	341.707	571.730	122.908	10.948
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	263.476	409.346	67.392	98.321
3.01.05	Resultado de Aplicações Compulsórias	3.024	13.878	6.572	30.308
3.01.06	Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	0	0	0	2.255
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-1.873.691	-4.280.781	-1.008.574	-2.193.846
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-751.016	-1.715.105	-438.428	-963.806
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-962.154	-1.863.257	-441.106	-896.945
3.02.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-160.521	-702.419	-129.040	-333.095
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	318.522	683.923	237.944	808.443
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-403.012	-670.577	-39.611	-106.146
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	464.715	1.543.370	456.576	1.395.041
3.04.02	Despesas de Pessoal	-374.433	-1.105.598	-348.903	-1.110.370
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-255.027	-718.045	-235.940	-660.390
3.04.04	Despesas Tributárias	-63.188	-191.307	-54.329	-176.284
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	350.415	1.127.089	358.320	1.179.847
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-525.494	-1.326.086	-215.335	-733.990
3.05	Resultado Operacional	-84.490	13.346	198.333	702.297
3.06	Resultado Não Operacional	340	1.644	3.668	4.509
3.06.01	Receitas	2.261	5.474	3.946	5.725
3.06.02	Despesas	-1.921	-3.830	-278	-1.216
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	-84.150	14.990	202.001	706.806
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-108.907	-270.331	-62.670	-180.347
3.09	IR Diferido	235.873	489.510	-22.533	-34.819
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	0	-33.225	-13.759	-62.589
3.10.01	Participações	0	-33.225	-13.759	-62.589

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	42.816	200.944	103.039	429.051
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,49570	2,32650	1,19298	4,96748

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	42.816	200.944	103.039	429.051
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-138.633	-434.744	179.005	139.265
4.02.01	Ajuste de Avaliação de Títulos Disponíveis para Venda	-243.748	-250.619	-2.320	-78.697
4.02.02	Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	104.612	107.360	928	31.479
4.02.03	Realização da Reserva de Reavaliação	968	2.905	968	1.716
4.02.04	Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	111	-664	105	-1.081
4.02.05	Ganhos ou Perdas Atuariais	-576	-293.726	179.324	185.848
4.03	Resultado Abrangente do Período	-95.817	-233.800	282.044	568.316

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.055.104	3.600.749
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.025.835	1.196.176
6.01.01.01	Lucro Líquido de Período	200.944	429.051
6.01.01.02	Despesa de Depreciação e Amortização	30.328	27.889
6.01.01.03	Prov. para Desv. de Outros Valores e Bens	-12	0
6.01.01.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	546.167	316.223
6.01.01.05	Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	156.252	16.872
6.01.01.06	Provisão para Passivo de Risco FNE	891.836	310.191
6.01.01.07	Provisão para Passivo de Risco FDNE	42	111
6.01.01.08	Provisão para Passivos Contingentes	84.378	29.487
6.01.01.09	Provisão (Benefício Pós Emprego)	109.824	96.291
6.01.01.10	Reversão de Provisões Operacionais	6.076	8.321
6.01.01.11	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	-38.260
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	29.269	2.404.573
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	76.500	-63.200
6.01.02.02	Relações Interfinanceiras e Interdependências	189.353	-52.084
6.01.02.03	Operações de Crédito	-999.196	-1.039.352
6.01.02.04	Outros Créditos	-1.042.775	130.239
6.01.02.05	Outros Valores e Bens	-3.416	2.247
6.01.02.06	Depósitos	-1.369.082	466.776
6.01.02.07	Captação no Mercado Aberto	-89.386	427.371
6.01.02.08	Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	780.904	121.966
6.01.02.09	Obrigações por Empréstimos e Repasses	543.870	8.878
6.01.02.10	Instrumentos Financeiros Derivativos	-603.662	-42.882
6.01.02.11	Outras Obrigações	2.735.516	2.607.781
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-189.357	-163.167
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	2.088.054	-1.897.032
6.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	2.119.499	-1.864.089
6.02.02	Inversões em Investimentos	-19	-37
6.02.03	Inversões em Imobilizado de Uso	-39.639	-25.785
6.02.04	Inversões Intangível	-204	-2.495
6.02.05	Inversões em Bens Não de Uso Próprio	-861	-5.390
6.02.06	Alienação em Imobilizado de Uso	9.244	661
6.02.07	Alienação de Bens Não de Uso Próprio	34	103
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-473.317	-176.600
6.03.01	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-473.317	-157.466
6.03.02	Ações em Tesouraria	0	-19.134
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.669.841	1.527.117
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.365.461	7.709.183
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	12.035.302	9.236.300

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.844.000	0	19.394	687.911	0	-183.496	3.367.809
5.03	Saldo Ajustado	2.844.000	0	19.394	687.911	0	-183.496	3.367.809
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	200.944	0	200.944
5.05	Destinações	0	0	0	-214.924	-173.819	0	-388.743
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-49.313	0	-49.313
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	-214.924	-124.506	0	-339.430
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	7.907	-7.907	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	-185.429	185.429	0	0
5.05.03.04	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	0	3.061	-18.380	0	-15.319
5.05.03.05	Dividendos Adicionais Propostos em 2014 aprovados pela AGO/E	0	0	0	-40.463	-283.648	0	-324.111
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-2.241	0	1.743	-436.985	-437.483
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-143.259	-143.259
5.07.05	Realização da Reserva	0	0	-2.241	0	1.743	0	-498
5.07.06	Ganho e Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	-293.726	-293.726
5.13	Saldo Final	2.844.000	0	17.153	472.987	28.868	-620.481	2.742.527

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.437.000	0	20.610	590.649	0	-8.429	3.039.830
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	-38.260	0	-38.260
5.03	Saldo Ajustado	2.437.000	0	20.610	590.649	-38.260	-8.429	3.001.570
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	429.051	0	429.051
5.05	Destinações	0	0	0	210.461	-360.072	0	-149.611
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-2.694	0	-2.694
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-100.300	0	-100.300
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	210.461	-257.078	0	-46.617
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	16.301	-16.301	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	200.713	-200.713	0	0
5.05.03.03	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	0	31.242	-31.242	0	0
5.05.03.04	Dividendos Adicionais Propostos e Aprovados	0	0	0	-37.795	-8.822	0	-46.617
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-635	-19.518	143	139.014	119.004
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-47.218	-47.218
5.07.04	Realização da Reserva	0	0	-635	0	143	0	-492
5.07.05	Aquisições de Ações em Tesouraria	0	0	0	-19.518	0	384	-19.134
5.07.06	Ganhos e Pedas Atuariais	0	0	0	0	0	185.848	185.848
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	407.000	0	0	-407.000	0	0	0
5.08.01	Transferência para Aumento de Capital	407.000	0	0	-407.000	0	0	0
5.13	Saldo Final	2.844.000	0	19.975	374.592	30.862	130.585	3.400.014

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
7.01	Receitas	5.608.304	4.514.601
7.01.01	Intermediação Financeira	4.964.704	3.002.289
7.01.02	Prestação de Serviços	1.543.370	1.395.041
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-702.419	-333.095
7.01.04	Outras	-197.351	450.366
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-3.578.362	-1.860.751
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-664.560	-615.285
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-56.903	-47.443
7.03.02	Serviços de Terceiros	-349.337	-315.999
7.03.04	Outros	-258.320	-251.843
7.03.04.01	Processamento de Dados e Telecomunicações	-138.358	-127.451
7.03.04.02	Propaganda, Promoções e Publicações	-27.014	-28.498
7.03.04.03	Transportes	-18.343	-15.808
7.03.04.04	Segurança	-34.038	-26.037
7.03.04.05	Viagens	-8.777	-14.827
7.03.04.06	Outras	-31.790	-39.222
7.04	Valor Adicionado Bruto	1.365.382	2.038.565
7.05	Retenções	-30.328	-27.889
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-30.328	-27.889
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.335.054	2.010.676
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.335.054	2.010.676
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	1.335.054	2.010.676
7.09.01	Pessoal	980.551	1.027.014
7.09.01.01	Remuneração Direta	698.142	766.328
7.09.01.02	Benefícios	231.815	215.038
7.09.01.03	F.G.T.S.	50.594	45.648
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	130.402	537.395
7.09.02.01	Federais	109.625	521.536
7.09.02.02	Estaduais	35	74
7.09.02.03	Municipais	20.742	15.785
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	23.157	17.216
7.09.03.01	Aluguéis	23.157	17.216
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	200.944	429.051
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	67.694	109.122
7.09.04.02	Dividendos	0	33.936
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	133.250	285.993

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO OPERACIONAL

O BNB contratou o valor de R\$ 6,35 bilhões no terceiro trimestre de 2015, envolvendo 1.671.048 operações de empréstimos e financiamentos de operações de crédito, apresentando crescimento de 40,9% na quantidade de operações, mas redução de 21,1% no valor contratado em relação ao terceiro trimestre de 2014.

Os recursos envolvidos em operações de crédito de longo prazo foram, em sua maioria, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). No terceiro trimestre de 2015, foi contratado o montante de R\$ 2,46 bilhões com recursos do Fundo, tendo sido realizadas 131.324 operações, o que representa redução de 47,8% no valor contratado e de 0,8% na quantidade de operações em relação ao mesmo período de 2014.

Por meio de seu programa de microcrédito produtivo orientado urbano, o Crediamigo, o BNB desembolsou aproximadamente R\$ 2,8 bilhões, contratando 1.435.517 operações no terceiro trimestre de 2015 em apoio aos microempreendedores de toda a sua área de atuação. Comparando-se com o terceiro trimestre de 2014, o BNB apresentou um crescimento de 60,4% no valor desembolsado e de 51,5% na quantidade de operações.

Já no que se refere ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf, o BNB contratou 121.961 operações de financiamento envolvendo recursos da ordem de R\$ 595,8 milhões no terceiro trimestre de 2015, o que representa uma redução de 1,74% no valor contratado.

Dentro do Pronaf, o BNB opera o Agroamigo, programa de microcrédito produtivo e orientado para a área rural: nesta modalidade, foi contratado o valor de R\$ 481,5 milhões no terceiro trimestre de 2015, com 117.436 operações realizadas com agricultores familiares, representando crescimento de 8,11% no valor contratado e de 2,37% na quantidade de operações relativamente a igual período de 2014.

No cômputo global do programa de microcrédito produtivo orientado do BNB, envolvendo o Crediamigo, para a área urbana, e o Agroamigo, para a área rural, foi desembolsado o montante de aproximadamente R\$ 3,26 bilhões no terceiro trimestre de 2015, contratando 1.552.953 operações em apoio aos microempreendedores das zonas urbana e rural de toda a sua área de atuação.

No tocante ao apoio às micro e pequenas empresas, o BNB contratou o montante de R\$ 707,9 milhões ao longo do terceiro trimestre de 2015, representando aumento de 7,0% na quantidade de operações contratadas em relação ao primeiro trimestre de 2015, mas redução de 8,14% em relação ao valor contratado no mesmo período.

Comentário do Desempenho

Quanto ao resultado financeiro, o lucro líquido do BNB foi de R\$ 101,4 milhões no terceiro trimestre de 2015, resultado 1,6% menor que o obtido no trimestre de 2014.

INSTRUÇÃO CVM Nº 381, DE 14/01/2003

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários CVM nº 381/03, de 14.01.2003, o Banco do Nordeste informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S, contratada como Auditoria Externa, não prestou, no terceiro trimestre de 2015, quaisquer serviços que não fossem de auditoria externa.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Trimestres findos em 30 de Setembro de 2015 e de 2014
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Índice das Notas Explicativas

Nota 1- O Banco e suas Características	Nota 17- Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 18- Dívidas Subordinadas
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 19- Patrimônio Líquido
Nota 4- Informações por Segmento	Nota 20- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 5 - Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 21- Impostos e Contribuições
Nota 6- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 22- Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 7- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	Nota 23- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 8- Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 24- Benefícios Pós-Emprego
Nota 9- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 25- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste- FNE
Nota 10- Outros Créditos	Nota 26- Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT
Nota 11- Carteira de Câmbio	Nota 27- Gerenciamento de Risco e Índice de Basileia
Nota 12- Permanente	Nota 28 - Partes Relacionadas
Nota 13- Depósitos e Captações no Mercado Aberto	Nota 29- Demonstração do Resultado Abrangente
Nota 14- Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 30- Outras Informações
Nota 15- Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	
Nota 16- Outras Obrigações	

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, com matriz localizada na Avenida Dr. Silas Munguba, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil, e tem por missão: “atuar na promoção do desenvolvimento regional sustentável como banco público, competitivo e rentável”. O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo, exceto a carteira de crédito imobiliário. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, o Banco atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos utilizada pelo Banco para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), este último criado em 2001 e alterado em 2007 pela Lei Complementar nº 125 que recriou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Em 1998, o Banco criou seu Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Crediamigo que facilita o acesso ao crédito a milhares de pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638 e 11.941, de, respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:

Notas Explicativas

- CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (Resolução nº 4.144, de 27.09.2012, do CMN);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 12 – Ajuste a Valor Presente (Deliberação CVM nº 564, de 17.12.2008);
- CPC 22 – Informação por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Deliberação CVM nº 583, de 31.07.2009);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009);
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012); e
- CPC 41 – Resultado por Ação (Deliberação CVM nº 636, de 06.08.2010).

NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do Banco é o Real.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio média em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada período, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio média, sendo as variações reconhecidas no resultado.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo ao regime de competência e considerando o critério “*pro rata temporis*”.

c) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, valendo evidenciar que os recursos disponíveis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) são classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários foram registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Títulos para Negociação: são aqueles adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Notas Explicativas

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de *swap* são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços semestrais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela BM&FBovespa.

Hedge Accounting

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no Exterior por meio do *Eurobonds – Senior Unsecured Notes* de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (contratos de *swap*) para proteção total (*Hedge* de Risco de Mercado) dos valores do principal captado e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos designados como proteção, o item objeto de *hedge* também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção é reconhecida no resultado, ao passo que o ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge* é registrado como parte do seu valor contábil, sendo também reconhecido no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, como também é documentada a avaliação da efetividade da operação. Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor de mercado ou fluxo de caixa atribuído do instrumento de *hedge* compensa as variações no valor de mercado do item objeto de *hedge*, num intervalo entre 80% a 125%.

Os valores de mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos usados como proteção e do item objeto de *hedge* estão divulgados na nota 7.c.1.

h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como risco de nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco de nível H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Notas Explicativas

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes.

j) Permanente

Investimentos estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação.

Diferido contempla os gastos com imóveis de terceiros e aquisição e desenvolvimento de logiciais adquiridos até 30.09.2008 e está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual de 20%.

A Resolução CMN nº 3.617, de 30.09.2008, determina que os saldos existentes no Ativo Imobilizado e no Ativo Diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução, que tenham sido registrados com base em disposições normativas anteriores, devem ser mantidos até a sua efetiva baixa.

Intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

Os ativos intangíveis são compostos pelos desembolsos para aquisição de direitos de *software* que, no momento, encontra-se em fase de implantação e terão sua vida útil estimada em 10 anos, a partir da data de sua disponibilidade para uso, e serão amortizados linearmente. Quando aplicável, serão ajustados por perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) (Nota 12.d).

k) Tributos

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 no exercício) e a CSLL à alíquota de 20% (até 31.08.2015 a alíquota era de 15%, a partir de 01.09.2015 passa a ser de 20% até 31.12.2018, em conformidade com o estabelecido na MP 675 de 21.05.2015, convertida na Lei nº 13.169 de 06.10.2015) depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos fiscais diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, decorrentes de provisões para perdas de crédito, provisões para benefícios pós-emprego, ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e item objeto de *hedge*.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico realizado semestralmente.

O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

l) Benefícios a Empregados

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável”, plano de assistência médica, do tipo “benefício definido” e seguro de vida em grupo, do tipo “benefício definido”.

Para os planos do tipo “benefício definido” e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos em “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, no Patrimônio Líquido.

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado.

m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são reconhecidos pelos valores das exigibilidades, sendo os encargos exigíveis, quando cabíveis, registrados com base no critério *pro-rata-die*.

Notas Explicativas

n) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

o) Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes, dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e na Carta Circular nº 3.429, de 11.02.2010.

As provisões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outras causas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representadas pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro passivo exigível e os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

p) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica, previdência complementar e seguro de vida. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

q) Resultado por Ação

O lucro por ação básico e o lucro por ação diluído do Banco foram calculados dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais. O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído são iguais.

NOTA 4 – Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

a) Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como: operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e

b) FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *performance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo atingiu 10% ou mais da receita total do Banco, durante os semestres findos em 30.09.2015 e 30.09.2014.

A tabela a seguir, disposta em formato utilizado pela Administração do Banco, apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna “Total”:

Notas Explicativas

6

Especificação	01.01 a 30.09.2015			01.01 a 30.09.2014		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Receitas			6.093.438	2.631.412	1.555.232	4.186.644
Receitas de Operações de Crédito	4.233.609	1.859.829	6.093.438	2.631.412	1.555.232	4.186.644
Receitas de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	1.809.832	-	1.809.832	1.229.691	-	1.229.691
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	1.201.420	958.498	2.159.918	876.424	754.342	1.630.766
Resultado de Operações de Câmbio	571.730	-	571.730	10.948	-	10.948
Resultado de Aplicações Compulsórias	409.346	-	409.346	98.321	-	98.321
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	13.878	-	13.878	30.308	-	30.308
Outras Receitas	227.403	901.331	1.128.734	2.255	-	2.255
Despesas	(3.374.734)	(1.824.972)	(5.199.706)	(1.475.515)	(1.033.930)	(2.509.445)
Despesas de Captação no Mercado	(1.715.105)	-	(1.715.105)	(963.806)	-	(963.806)
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses	(947.899)	(915.358)	(1.863.257)	(176.552)	(720.393)	(896.945)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(702.419)	(992.015)	(1.594.434)	(333.095)	(310.190)	(643.285)
Outros Passivos Contingentes (Nota 20.g)	(9.311)	(17.024)	(26.335)	(2.062)	(2.859)	(4.921)
Provisão Proagro a Receber	-	(575)	(575)	-	(488)	(488)
Margem Financeira	858.875	34.857	893.732	1.155.897	521.302	1.677.199
Rendas de Prestação de Serviços	303.722	1.201.600	1.505.322	269.488	1.099.339	1.368.827
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	38.048	-	38.048	26.214	-	26.214
Pasep e Cofins	(64.734)	(104.746)	(169.480)	(65.883)	(93.510)	(159.393)
Resultado após Tarifas e Comissões	1.135.911	1.131.711	2.267.622	1.385.716	1.527.131	2.912.847
Despesas Administrativas			(1.823.643)			(1.770.760)
Despesas de Pessoal			(1.105.598)			(1.110.370)
Depreciação e Amortização			(30.328)			(27.889)
Outras Despesas Administrativas			(687.717)			(632.501)
Outras Despesas			(362.740)			(377.228)
Despesas de Provisões, exceto Crédito			(66.249)			(58.053)
Lucro antes da Tributação e Participações			14.990			706.806
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro			219.179			(215.166)
Participações no Lucro			(33.225)			(62.589)
Lucro Líquido			200.944			429.051

⁽¹⁾ As despesas referentes a Pasep e Cofins sobre importação de serviços no valor de R\$ 23 (R\$ 24 em 30.09.2014) compõem o saldo de Outras Despesas

Notas Explicativas

NOTA 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Especificação	30.09.2015	31.12.2014
Disponibilidades em Moeda Nacional	151.393	159.640
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	106.813	38.002
Total da Disponibilidade de Caixa	258.206	197.642
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	11.777.096	8.167.819
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	12.035.302	8.365.461

NOTA 6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a) Composição

Especificação	30.09.2015	31.12.2014
a) Aplicações no Mercado Aberto	11.777.096	8.167.819
Revendas a Liquidar-Posição Bancada	11.777.096	8.167.819
b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	76.500
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	76.500
Total	11.777.096	8.244.319
Saldo de Curto Prazo	11.777.096	8.244.319

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto (Nota 7.b)	841.058	650.616
Posição Bancada	834.540	635.080
Posição Financiada	6.518	15.536
b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 7.b)	2.419	8.305
Total	843.477	658.921

NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão a seguir distribuídos:

a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	30.09.2015	31.12.2014
Títulos Disponíveis para Venda	11.367.269	13.642.125
Títulos Mantidos até o Vencimento	169.605	157.506
Diferencial a Receber <i>Swap</i>	1.110.949	507.287
Total	12.647.823	14.306.918
Saldo de Curto Prazo	776.565	6.053.427
Saldo de Longo Prazo	11.871.258	8.253.491

Notas Explicativas

8

a.2) Títulos Disponíveis para Venda

Especificação	30.09.2015								Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento	
	Sem Vencimento	Faixa de Vencimento				Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado				Faixa de Vencimento
		0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias							
Títulos de Renda Fixa	-	68.448	28	80.089	10.797.910	11.629.100	10.946.475	(682.625)				
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	3.782	7.701.667	7.704.980	7.705.449	469	2016 a 2021			
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	0	1.135.135	1.380.418	1.135.135	(245.283)	2050			
Letras Financeiras	-	68.448	-	76.307	1.645.161	1.857.794	1.789.916	(67.878)	2015 a 2019			
Debêntures	-	-	-	-	310.163	649.989	310.163	(339.826)	2016 a 2035			
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	-	5.649	5.634	5.649	15	2027			
Títulos Públicos Federais – Outros ⁽²⁾	-	-	-	-	-	30.048	-	(30.048)	1993			
Títulos da Dívida Agrária	-	-	28	-	135	237	163	(74)	2015 a 2022			
Cotas de Fundos de Investimentos	257	-	-	-	-	1.725	257	(1.468)				
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	-	-	-	-	-	1.468	-	(1.468)	Sem Vencimento			
Fundo Garantidor para Investimentos - FGI	241	-	-	-	-	241	241	-	Sem Vencimento			
Fundo de Garantia de Operações - FGO	16	-	-	-	-	16	16	-	Sem Vencimento			
Títulos de Renda Variável	7.681	-	-	-	-	8.745	7.681	(1.064)				
Outros Incentivos Fiscais (Finor)	179	-	-	-	-	163	179	16	Sem Vencimento			
Ações de Companhias Abertas	7.502	-	-	-	-	8.582	7.502	(1.080)	Sem Vencimento			
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	-	-	-	-	412.856	425.736	412.856	(12.880)				
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	386.203	386.190	386.203	13	2017 a 2020			
Títulos Públicos Federais – Nuclebrás	-	-	-	-	-	761	-	(761)	1993			
Títulos Públicos Federais – Outros ⁽²⁾	-	-	-	-	26.653	38.785	26.653	(12.132)	2019 a 2035			
Total da Categoria	7.938	68.448	28	80.089	11.210.766	12.065.306	11.367.269	(698.037)				
Crédito Tributário (Nota 21.c)								287.518				
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.d)								(1.191)				
Total do Ajuste a Valor de Mercado								(411.710)				

Notas Explicativas

9

Especificação	31.12.2014							Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento
	Faixa de Vencimento									
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Custo	Valor de Mercado			
Títulos de Renda Fixa	-	5.488.373	61.366	7.734.088	13.283.827	(434.223)				
Letras Financeiras do Tesouro	-	5.263.754	-	4.574.800	9.838.897	(343)	9.838.554	(343)	2015 a 2020	
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	1.246.502	1.300.171	(53.669)	1.246.502	(53.669)	2050	
Letras Financeiras	-	224.617	61.339	1.559.240	1.911.463	(66.267)	1.845.196	(66.267)	2015 a 2019	
Debêntures	-	-	-	347.443	632.974	(285.531)	347.443	(285.531)	2016 a 2035	
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	5.949	5.949	-	5.949	-	2027	
Títulos Públicos Federais – Outros ⁽²⁾	-	-	-	-	28.365	(28.365)	-	(28.365)	1993	
Títulos da Dívida Agrária	-	2	27	154	231	(48)	183	(48)	2015 a 2022	
Cotas de Fundos de Investimentos	283	-	-	-	1.702	(1.419)	283	(1.419)		
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	-	-	-	-	1.419	(1.419)	-	(1.419)	Sem Vencimento	
Fundo Garantidor para Investimentos - FGI	268	-	-	-	268	-	268	-	Sem Vencimento	
Fundo de Garantia de Operações - FGO	15	-	-	-	15	-	15	-	Sem Vencimento	
Títulos de Renda Variável	8.553	-	-	-	8.745	(192)	8.553	(192)		
Outros Incentivos Fiscais (Finor)	156	-	-	-	163	(7)	156	(7)	Sem Vencimento	
Ações de Companhias Abertas	8.397	-	-	-	8.582	(185)	8.397	(185)	Sem Vencimento	
Títulos Dados em Garantia⁽¹⁾	-	211.829	-	137.633	361.046	(11.584)	349.462	(11.584)		
Letras Financeiras do Tesouro	-	211.829	-	133.416	345.252	(7)	345.245	(7)	2015 a 2020	
Títulos Públicos Federais – Nuclebrás	-	-	-	-	718	(718)	-	(718)	1993	
Títulos Públicos Federais – Outros ⁽²⁾	-	-	-	4.217	15.076	(10.859)	4.217	(10.859)	2035	
Total da Categoria	8.836	5.700.202	61.366	7.871.721	14.089.543	(447.418)	13.642.125	(447.418)		
Crédito Tributário (Nota 21.c)								179.721		
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.d)								(755)		
Total do Ajuste a Valor de Mercado								(268.452)		

⁽¹⁾ Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 195.500 (R\$ 178.227 em 31.12.2014); Garantias de Operações em Câmaras de Liquidação R\$ 2.221 (R\$ 2.013 em 31.12.2014); Garantias em Processos Judiciais R\$ 194.985 (R\$ 146.675 em 31.12.2014); e Demais Garantias R\$ 20.150 (R\$ 18.331 em 31.12.2014).

⁽²⁾ A rubrica "Títulos Públicos Federais – Outros" dos Itens Títulos de Renda Fixa e Títulos Dados em Garantia registra aplicações financeiras em títulos públicos denominados pelo Tesouro Nacional como NUCL910801, com vencimento em 31.08.1993, ainda não resgatados pelo Tesouro Nacional. Referidos títulos registram uma desvalorização integral em função de seu vencimento, sem, no entanto, se enquadrar no conceito de Perda Permanente, na forma disciplinada na Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria "Títulos Disponíveis para Venda", encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta "Ajustes a Valor de Mercado", o valor de (R\$ 698.037) ((R\$ 447.418) em 31.12.2014). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a (R\$ 411.710) ((R\$ 268.451) em 31.12.2014).

Notas Explicativas

a.3) Títulos Mantidos até o Vencimento

Especificação	30.09.2015							Valor de Mercado ⁽¹⁾	Valor de Custo (Contábil)	Faixa de Vencimento
	Sem Vencimento	Faixa de Vencimento			Acima de 360 dias	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Valor de Custo (Contábil)			
		0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias						
Títulos de Renda Fixa	-	-	479	-	88.916	89.395	169.605	89.395		
Cotas Fundo de Investimento-Ne Empreendedor	-	-	479	-	-	479	479	479	2016	
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	-	-	-	61.316	61.316	141.526	61.316	2030	
Cotas Fundo Investimento Criadec	-	-	-	-	11.256	11.256	11.256	11.256	2017	
Cotas Fundo Investimento Criadec II	-	-	-	-	2.597	2.597	2.597	2.597	2023	
FIP Brasil Agronegócios	-	-	-	-	13.425	13.425	13.425	13.425	2018	
Nordeste III FIP	-	-	-	-	322	322	322	322	2022	
Total da Categoria	-	-	479	-	88.916	89.395	169.605	89.395		

Especificação	31.12.2014							Valor de Mercado ⁽¹⁾	Valor de Custo (Contábil)	Faixa de Vencimento
	Sem Vencimento	Faixa de Vencimento			Acima de 360 dias	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Valor de Custo (Contábil)			
		0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias						
Títulos de Renda Fixa	-	-	-	-	80.021	80.021	157.506	80.021		
Cotas Fundo de Investimento-Ne Empreendedor	-	-	-	-	1.471	1.471	1.471	1.471	2016	
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	-	-	-	56.251	56.251	133.736	56.251	2030	
Cotas Fundo Investimento Criadec	-	-	-	-	10.678	10.678	10.678	10.678	2017	
Cotas Fundo Investimento Criadec II	-	-	-	-	565	565	565	565	2023	
FIP Brasil Agronegócios	-	-	-	-	10.017	10.017	10.017	10.017	2018	
Nordeste III FIP	-	-	-	-	1.039	1.039	1.039	1.039	2022	
Total da Categoria	-	-	-	-	80.021	80.021	157.506	80.021		

⁽¹⁾ Os valores de mercado indicados são de caráter meramente explicativos, para os quais não houve qualquer registro contábil, conforme Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

a.4) No 3º trimestre de 2015 não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

a.5) Para obtenção do valor de mercado são utilizados os critérios abaixo, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

- 1ª – preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – Anbima e BM&FBovespa;
- 2ª – ágio/deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos 3 meses na Cetip S.A. – Mercados Organizados; e
- 3ª – cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio.

a.6) A administração do Banco declara que tem a capacidade financeira e a intenção de manter até às datas de vencimento os títulos classificados na categoria Mantidos até o Vencimento.

Notas Explicativas

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Aplicações no Mercado Aberto (Nota 6.b)	841.058	650.616
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	2.419	8.305
Títulos de Renda Fixa	1.315.672	971.206
Títulos de Renda Variável	769	639
Total	2.159.918	1.630.766

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Na posição de 30.09.2015, o Banco possui operações de “swap”, que se encontram registradas na Cetip S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor nocional) e o correspondente valor patrimonial nas contas “Diferencial a Pagar” e “Diferencial a Receber”, conforme apresentado nos quadros a seguir:

Composição em 30.09.2015								
Especificação	Valor Nocial	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Positivo	Negativo	
Posição Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-
Moeda Estrangeira (Dólar)	1.087.635	1.110.949	-	1.269.742	-	-	158.793	(158.793)
Posição Passiva	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxa Prefixada	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.087.635	1.110.949	-	1.269.742	-	-	158.793	(158.793)
Crédito Tributário (Nota 21.c)								66.046
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.d)								-

Composição em 31.12.2014								
Especificação	Valor Nocial	Valor de Mercado		Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Positivo	Negativo	
Posição Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-
Moeda Estrangeira (Dólar)	1.087.635	507.287	-	509.306	-	6.293	8.312	(2.019)
Posição Passiva	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxa Prefixada	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.087.635	507.287	-	509.306	-	6.293	8.312	(2.019)
Crédito Tributário (Nota 21.c)								3.326
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.d)								2.517

Especificação	30.09.2015		31.12.2014	
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	-	-	-	-
3 a 12 meses	619.582	-	281.551	-
1 a 3 anos	-	-	-	-
3 a 5 anos	491.367	-	225.736	-
Total	1.110.949	-	507.287	-

Notas Explicativas

c.1) Instrumentos Financeiros Derivativos classificados como *Hedge* de Risco de Mercado (*Hedge Accounting*)

Especificação	30.09.2015				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
Instrumentos de <i>Hedge</i>					
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	2.421.805	1.152.063	2.263.012	1.152.063	(158.793)
Item Objeto de <i>Hedge</i>	Valor da Curva ⁽¹⁾		Valor de Mercado ⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> (Nota 15.a)	2.422.219		2.263.028		(159.191)
Crédito Tributário (Nota 21.c)					(66.212)

⁽¹⁾ Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte, no valor de R\$ 5.497, sobre os juros da operação.

Especificação	31.12.2014				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
Instrumentos de <i>Hedge</i>					
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	1.616.740	1.107.433	1.614.720	1.107.432	(2.019)
Item Objeto de <i>Hedge</i>	Valor da Curva ⁽¹⁾		Valor de Mercado ⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> (Nota 15.a)	1.603.509		1.601.150		(2.359)
Crédito Tributário (Nota 21.c)					(944)

⁽¹⁾ Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte, no valor de R\$ 1.400, sobre os juros da operação.

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no exterior por meio de *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, o Banco contratou operações de *swap* para proteção total dos valores de captação e correspondentes juros devidos, classificados segundo a sua natureza em *hedge* de risco de mercado. O principal protegido acrescido dos juros devidos é demonstrado pelo valor de mercado, sendo a variação registrada como parte de seu valor contábil e reconhecida no resultado do período.

Tendo em vista que o fluxo financeiro (principal e juros) do item objeto de *Hedge* (*Eurobonds – Senior Unsecured Notes*) e os fluxos financeiros dos instrumentos financeiros (*swaps*) designados são idênticos, a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Bacen.

As operações foram avaliadas como efetiva na forma da Circular Bacen nº 3.082, de 30.01.2002, com base nos fluxos financeiros (principal e juros) do item objeto de *hedge*, *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, e dos instrumentos de *hedge* (contratos de *swap*).

d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Swap	571.730	10.948
Total	571.730	10.948

NOTA 8 – Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados

a) Créditos Vinculados

Especificação	30.09.2015			31.12.2014		
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido
Recolhimentos Obrigatórios – Poupança	83.763	-	83.763	248.907	-	248.907
Reservas Compulsórias - Recursos à Vista	47.178	-	47.178	64.884	-	64.884
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	70.760	(12.736)	58.024	67.233	(12.523)	54.710
Tesouro Nacional - Crédito Rural	679	(575)	104	28.936	(533)	28.403
Total	202.380	(13.311)	189.069	409.960	(13.056)	396.904
Saldo de Curto Prazo	131.603	(575)	131.028	342.711	(533)	342.178
Saldo de Longo Prazo	70.777	(12.736)	58.041	67.249	(12.523)	54.726

Notas Explicativas

b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	10.487	15.925
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	3.527	2.882
Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural	47	39
Valorização (Desvalorização) de Créditos Vinculados	(183)	11.462
Total	13.878	30.308

NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

a) Carteira de Crédito e Provisão para Operações de Crédito

Especificação	30.09.2015		31.12.2014	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	13.195.608	(1.006.282)	12.601.812	(865.515)
Curto Prazo	5.940.959	(694.160)	5.614.124	(350.873)
Longo Prazo	7.254.649	(312.122)	6.987.688	(514.642)
Outras Rubricas com Características de Crédito (Nota 10.e)	800.405	(173.083)	612.173	(25.188)
Curto Prazo	796.646	(173.083)	607.549	(25.188)
Longo Prazo	3.759	-	4.624	-
Total	13.996.013	(1.179.365)	13.213.985	(890.703)

a.1) Composição da Carteira de Crédito

Especificação	30.09.2015	31.12.2014
Adiantamentos a Depositantes	1.695	1.091
Empréstimos	5.786.985	5.574.160
Títulos Descontados	64.406	66.244
Financiamentos	2.277.089	2.170.108
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	304.316	423.538
Refinanciamentos de Operações com o Governo Federal (Nota 28.a.1)	452.300	404.556
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.713.387	1.628.962
Financiamentos Imobiliários ⁽¹⁾	243	243
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	2.595.187	2.332.910
Subtotal de Operações de Crédito	13.195.608	12.601.812
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	27.390	18.516
Devedores por Compra de Valores e Bens	5.002	5.662
Títulos e Créditos a Receber	89.163	29.494
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽²⁾ (Nota 11.a)	678.850	558.501
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	800.405	612.173
Total	13.996.013	13.213.985

⁽¹⁾ Referem-se a operações contratadas antes do encerramento das atividades com Financiamento Imobiliário.

⁽²⁾ Contas classificadas como "Outras Obrigações/Carteira de Câmbio".

a.2) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Empréstimos e Títulos Descontados	644.787	641.182
Financiamentos	921.172	402.385
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	154.743	103.636
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	87.997	82.102
Outros Valores	1.133	386
Total	1.809.832	1.229.691

Notas Explicativas

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

b.1) Créditos de Curso Normal ⁽¹⁾

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.09.2015	Total em 31.12.2014
Rural	9.786	2.079	7.391	20.502	16.853	1.612.433	1.669.044	1.592.118
Indústria	89.992	100.516	89.797	217.468	332.710	2045.188	2.875.671	2.814.544
Governo	18.830	15.340	19.647	71.785	92.039	1.428.970	1.646.611	1.362.749
Outros Serviços	291.447	152.931	163.427	272.225	346.128	1.199.602	2.425.760	2.440.769
Comércio	791.464	656.762	576.066	918.000	728.315	543.652	4.214.259	4.240.434
Intermediários Financeiros	47	31	31	62	121	249	541	715
Habitação	86	47	30	58	29	265	515	244
Pessoas Físicas	22.111	9.176	7.529	11.703	28.181	24.488	103.188	42.273
Total	1.223.763	936.882	863.918	1.511.803	1.544.376	6.854.847	12.935.589	12.493.846

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

b.2) Créditos em Atraso

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vincendas						Total em 30.09.2015	Total em 31.12.2014
	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	38	38	41	336	1.012	4.639	6.104	2.997
Indústria	4.149	3.722	4.042	12.081	16.440	36.308	76.742	67.187
Outros Serviços	9.728	7.468	7.033	22.989	32.605	184.870	264.693	122.919
Comércio	18.108	15.980	14.004	53.905	51.733	176.254	329.984	179.376
Intermediários Financeiros	1	-	1	3	6	12	23	517
Pessoas Físicas	324	213	233	704	1.594	1.685	4.753	4.016
Total	32.348	27.421	25.354	90.018	103.390	403.768	682.299	377.012

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vencidas						Total em 30.09.2015	Total em 31.12.2014
	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias		
Rural	21	171	4.465	255	690	4.581	51.251	48.279
Indústria	2.897	2.440	5.265	3.378	9.014	8.962	31.965	27.461
Outros Serviços	3.368	29.124	19.854	7.525	52.541	25.012	139.607	166.650
Comércio	4.996	12.285	19.872	14.265	33.231	56.597	141.923	95.455
Intermediários Financeiros	1	-	1	1	1	-	4	23
Habitação	-	2	8	-	-	-	10	-
Pessoas Físicas	106	1.536	2.130	1.393	3.352	4.832	13.365	5.259
Total	11.389	45.558	51.595	26.817	98.829	99.984	378.125	343.127

c) Composição das Operações por Níveis de Risco

Nível de Risco	30.09.2015				31.12.2014			
	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	5.180.594	-	5.180.594	-	4.852.000	-	4.852.000	-
A	4.603.025	-	4.603.025	23.014	4.452.345	-	4.452.345	22.262
B	2.465.249	56.078	2.521.327	25.213	2.298.098	36.693	2.334.791	23.348
C	114.602	85.492	200.094	6.003	95.081	50.262	145.343	4.360
D	109.804	49.914	159.718	15.972	221.287	198.807	420.094	42.009
E	72.459	109.018	181.477	54.443	102.678	85.126	187.804	56.341
F	26.814	69.438	96.252	48.126	27.453	58.935	86.388	43.194
G	16.140	140.300	156.440	109.508	91.693	28.409	120.102	84.071
H	346.902	550.184	897.086	897.086	353.211	261.907	615.118	615.118
Total	12.935.589	1.060.424	13.996.013	1.179.365	12.493.846	720.139	13.213.985	890.703

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

d) Movimentação da Provisão no Período

Especificação	30.09.2015	31.12.2014
Saldo Inicial (Provisão para Perdas da Carteira de Crédito)	890.704	893.774
(+) Constituição de Provisão Líquida no Período	702.474	425.607
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(413.813)	(428.678)
(=) Provisão Líquida para Perdas da Carteira de Crédito	1.179.365	890.703
Saldo Inicial (Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito)	46.458	46.477
(+) Provisão Líquida no Período	244	342
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(300)	(361)
(=) Provisão Líquida para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito (Nota 10.f)	46.402	46.458
(=) Saldo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.225.767	937.161

Notas Explicativas

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão

Especificação	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
(+) Despesas de Provisão para Operações de Crédito	546.167	316.223
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos	156.308	16.872
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Operações com Características de Concessão de Crédito	702.475	333.095
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	168	25
(-) Reversões de Provisões para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	(224)	(25)
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	702.419	333.095

f) Até o 3º trimestre de 2015 foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 87.997 (R\$ 82.103 em 31.09.2014) e as renegociações importaram em R\$ 700.402 (R\$ 531.133 em 30.09.2014).

g) Recuperação de Créditos com Base Legal

Em decorrência da aplicação das Leis nº 11.322, de 13.07.2006, nº 11.775, de 17.09.2008, nº 12.249, de 11.06.2010, e nº 12.716, de 21.09.2012, as quais dispõem sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações, foi reconhecido no resultado do Banco, referente a 30.09.2015, um efeito positivo no valor de R\$ 24.679 (R\$ 51.383 em 30.09.2014), a seguir demonstrados. Conforme referidos instrumentos legais, parte dessas operações foi adquirida pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.

Especificação	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Efetivação de Rendas	14.221	22.360
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	12.881	13.551
Despesas com Deságios	(345)	(74)
Efeito Líquido de Provisões	(2.078)	15.546
Total	24.679	51.383

NOTA 10 – Outros Créditos

Especificação	30.09.2015	31.12.2014
a) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	1.265.845	672.788
b) Rendas a Receber	30.215	30.034
c) Negociação e Intermediação de Valores	3	4
d) Diversos	3.044.454	2.428.683
Créditos Tributários - Provisões (Nota 21.c)	1.434.089	942.033
Créditos Tributários-TVM, Instrumentos Financeiros Derivativos e item objeto de <i>Hedge</i> (Notas 7.a.2, 7.c e 21.c)	287.354	182.103
Devedores por Depósitos em Garantia	791.844	713.091
Impostos e Contribuições a Compensar	219.704	208.414
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber	89.163	29.494
Adiantamentos e Antecipações Salariais	28.088	2.426
Pagamentos a Ressarcir	15.519	10.092
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do BNDES	10	10
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do FAT	16	16
STN - Equalização de Encargos Financeiros do Crediamigo	-	127.275
Outros Valores	151.919	186.981
e) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(219.485)	(71.646)
Com Características de Concessão de Crédito (Nota 9.a)	(173.083)	(25.188)
Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(46.402)	(46.458)
Total	4.121.032	3.059.863
Saldo de Curto Prazo	3.689.469	2.498.388
Saldo de Longo Prazo	431.563	561.475

Notas Explicativas

NOTA 11 – Carteira de Câmbio

a) Composição

Especificação	30.09.2015	31.12.2014
Ativo – Outros Créditos		
Câmbio Comprado a Liquidar	1.071.756	652.821
Direitos sobre Vendas de Câmbio	167.732	1.505
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(1.034)	(54)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	27.391	18.516
Ativo Circulante (Nota 10.b)	1.265.845	672.788
Passivo – Outras Obrigações		
Obrigações por Compras de Câmbio	765.673	559.212
Câmbio Vendido a Liquidar	164.934	1.497
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 9.a.1)	(678.850)	(558.501)
Passivo Circulante (Nota 16.b)	251.757	2.208

b) Resultado de Câmbio

Especificação	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Rendas de Câmbio	410.002	98.616
Despesas de Câmbio	(656)	(295)
Total	409.346	98.321

Notas Explicativas

17

NOTA 12 – Permanente

a) Investimentos

Especificação	31.12.2014		01.01.2015 a 30.09.2015				30.09.2015		
	Saldo Contábil	652	Movimentações		Saldo Contábil	Valor de Custo	Perdas por Impairment ⁽¹⁾	Saldo Contábil	
			Adições	Exclusões					
Ações e Cotas		652	-	-	652	-	652		
Bens Artísticos e Valiosos		1.227	19	-	1.246	-	1.246		
Total		1.879	19	-	1.898	-	1.898		

⁽¹⁾ Não há registro de perdas por impairment sobre o Ativo Investimentos

b) Imobilizado

Especificação	31.12.2014		01.01.2015 a 30.09.2015				30.09.2015		
	Saldo Contábil	92.970	Movimentações		Saldo Contábil	Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Perdas por Impairment ⁽²⁾	Saldo Contábil
			Adições	Exclusões					
Edificações		92.970	9.710	-	93.844	258.285	(164.441)	-	93.844
Sistema de Processamento de Dados		51.531	23.338	(286)	59.410	139.656	(80.246)	-	59.410
Móveis e Equipamentos de Uso		27.778	3.965	(836)	27.425	70.138	(42.713)	-	27.425
Terenos		17.025	-	-	17.025	17.025	-	-	17.025
Instalações		6.119	148	(23)	5.181	19.165	(13.984)	-	5.181
Sistema de Comunicação		69	-	-	56	354	(298)	-	56
Imobilização em Curso ⁽¹⁾		7.493	122	(7.615)	-	-	-	-	-
Sistema de Segurança		8.318	2.158	(286)	8.541	19.463	(10.922)	-	8.541
Sistema de Transporte		11	198	(198)	5	14.363	(14.358)	-	5
Total		211.314	39.639	(9.244)	211.487	538.449	(326.962)	-	211.487

⁽¹⁾ Trata-se de transferência para Edificações, tendo em vista conclusão da construção.

⁽²⁾ Não há registro de perdas por impairment sobre o Ativo Imobilizado.

c) Diferido

Especificação	31.12.2014		01.01.2015 a 30.09.2015				30.09.2015		
	Saldo Contábil	159	Movimentações		Saldo Contábil	Valor de Custo	Amortização Acumulada	Perdas por Impairment ⁽¹⁾	Saldo Contábil
			Adições	Exclusões					
Gastos em Imóveis de Terceiros		159	-	-	55	362	(307)	-	55
Total		159	-	-	55	362	(307)	-	55

⁽¹⁾ Não há registro de perdas por impairment sobre o Ativo Diferido.

d) Intangível

Especificação	31.12.2014		01.01.2015 a 30.09.2015				30.09.2015		
	Saldo Contábil	16.406	Movimentações		Saldo Contábil	Valor de Custo	Amortização Acumulada	Perdas por Impairment ⁽¹⁾	Saldo Contábil
			Adições	Exclusões					
Gastos com Intangíveis em Elaboração		16.406	204	-	16.610	16.610	-	-	16.610
Total		16.406	204	-	16.610	16.610	-	-	16.610

⁽¹⁾ Não há registro de perdas por impairment sobre o Ativo Intangível

Notas Explicativas

NOTA 13 – Depósitos, Captação no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida e Dívidas Subordinadas

a) Distribuição dos Depósitos, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida e Dívidas Subordinadas, por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 Anos	Acima de 15 anos	Total em 30.09.2015	Total em 31.12.2014
Depósitos a Vista	240.605	-	-	-	-	-	240.605	175.199
Depósitos a Vista	240.605	-	-	-	-	-	240.605	165.168
Depósitos em Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	10.031
Depósitos de Poupança	1.934.007	-	-	-	-	-	1.934.007	1.956.179
Depósitos Interfinanceiros	1.934.007	-	-	-	-	-	1.934.007	1.956.179
Depósitos a Prazo	1.195.395	642.245	145.306	45.174	1.287.327	88.818	7.131.115	1.425.715
Depósitos a Prazo	1.195.395	642.245	145.306	45.174	1.287.327	88.818	7.131.115	1.425.715
Depósitos Judiciais com Remuneração	261.909	500.304	2.719.037	633.911	1.141.622	88.818	5.345.601	6.606.781
Depósitos Judiciais com Remuneração	914.431	-	-	-	-	-	914.431	846.314
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	-	-	391.549	62.238	62.238	-	516.025	494.112
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	6.514	18.419	3.355	2.748	1.448	-	32.484	34.763
FAT- Recursos Disponíveis	12.041	31.120	100.616	96.024	82.019	-	321.820	385.643
FAT- Recursos Aplicados	500	-	-	254	-	-	754	721
Outros	500	-	-	254	-	-	754	721
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.211.163	172.343	-	1.083.360	-	-	2.466.866	1.685.962
Eurobonds	1.211.163	172.343	-	1.083.360	-	-	2.466.866	1.685.962
LCA - Letras de Crédito do Agronegócio	25.998	172.343	-	-	-	-	198.341	83.412
LCA - Letras de Crédito do Agronegócio	-	66.159	-	-	-	-	1.367.989	1.356.540
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	-	-	-	-	-	-	1.741.169	1.605.289
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	-	-	-	-	-	-	1.741.169	1.605.289
Dívidas Subordinadas	4.999.063	1.430.590	3.359.863	1.923.709	1.287.327	3.197.976	16.198.528	16.573.218
Dívidas Subordinadas	4.999.063	1.430.590	3.359.863	1.923.709	1.287.327	3.197.976	16.198.528	16.573.218
Total	16.198.528	16.573.218	16.573.218	16.573.218	16.573.218	16.573.218	16.573.218	16.573.218
Saldo de Curto Prazo	6.429.653	-	-	-	-	-	6.429.653	7.219.885
Saldo de Longo Prazo	9.768.875	-	-	-	-	-	9.768.875	9.353.333

Notas Explicativas

b) Depósitos

Especificação	30.09.2015	31.12.2014
Depósitos a Vista	240.605	175.199
Depósitos em Moedas Estrangeiras no País	-	10.031
Depósitos de Governos	10.643	22.129
Depósitos Vinculados	140.795	74.432
Pessoas Jurídicas	57.158	43.779
Pessoas Físicas	31.472	23.345
Outros Valores	537	1.483
Depósitos de Poupança	1.934.007	1.956.179
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	1.242.126	1.292.336
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	691.262	662.955
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	619	888
Depósitos Interfinanceiros	1.250.618	1.425.715
Depósitos a Prazo	7.131.115	8.368.334
Depósitos a Prazo	5.345.601	6.606.781
Depósitos Judiciais com Remuneração	914.431	846.314
Outros Depósitos a Prazo	871.083	915.239
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT (Nota 26 e Nota 28)	354.304	420.406
Recursos Disponíveis (Nota 26)	32.484	34.763
Proger Urbano	3.311	4.945
Protrabalho	284	482
Infraestrutura	27.564	26.129
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	1.325	3.207
Recursos Aplicados (Nota 26)	321.820	385.643
Proger Urbano	19.355	26.690
Protrabalho	79.585	91.215
Infraestrutura	107.681	137.008
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	115.199	130.730
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	516.025	494.112
Outros Valores	754	721
Total	10.556.345	11.925.427
Saldo de Curto Prazo	4.979.988	6.244.818
Saldo de Longo Prazo	5.576.357	5.680.609

c) Captação no Mercado Aberto

Especificação	30.09.2015	31.12.2014
Carteira Própria	1.602.017	1.756.347
Letras Financeiras do Tesouro	1.602.017	1.756.347
Carteira de Terceiros	64.944	-
Notas do Tesouro Nacional	64.944	-
Total	1.666.961	1.756.347
Saldo de Curto Prazo	1.541.649	1.699.988
Saldo de Longo Prazo	125.312	56.359

d) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	01.01. a 30.09.2015	01.01. a 30.09.2014
Despesas de Captações	(1.552.222)	(860.698)
Depósitos a Prazo	(567.890)	(438.217)
Depósitos de Poupança	(80.136)	(66.674)
Depósitos Judiciais	(65.773)	(52.867)
Depósitos Interfinanceiros	(43.157)	(28.107)
Depósitos Especiais	(64.048)	(54.812)
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(721.477)	(211.277)
Outros Depósitos	(9.741)	(8.744)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(162.883)	(103.108)
Carteira de Terceiros	(6.501)	(15.576)
Carteira Própria	(156.382)	(87.532)
Total	(1.715.105)	(963.806)

Notas Explicativas

NOTA 14 – Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 30.09.2015	Total em 31.12.2014
Empréstimos no Exterior	462.897	788.450	-	-	-	-	1.251.347	1.066.651
Repasses do País	48.542	106.995	332.619	384.067	646.192	160.405	1.678.820	1.631.087
Repasses do Exterior	62.736	110.975	338.721	338.834	307.390	-	1.158.656	847.215
Total	574.175	1.006.420	671.340	722.901	953.582	160.405	4.088.823	3.544.953
Saldo de Curto Prazo							1.580.595	1.326.159
Saldo de Longo Prazo							2.508.228	2.218.794

b) Obrigações por Empréstimos

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.09.2015	31.12.2014
Empréstimos no Exterior/Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD+1,45	1.251.347	1.066.651
Total		1.251.347	1.066.651
Saldo de Curto Prazo		1.251.347	1.066.651
Saldo de Longo Prazo		-	-

c) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.09.2015	31.12.2014
Tesouro Nacional	IGP-DI + 2,00	410	659
BNDES		1.530.712	1.464.027
Programa de Operações Conjuntas – POC	TJLP/IGPM/IPCA+2,00	1.172.604	1.131.349
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+2,00	358.108	332.678
Finame		147.698	166.401
Programa Automático	TJLP/IGPM/IPCA+2,00	127.739	147.700
Programa Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+2,00	19.959	18.701
Total (Nota 28.a.1)		1.678.820	1.631.087
Saldo de Curto Prazo		155.537	144.935
Saldo de Longo Prazo		1.523.283	1.486.152

d) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.09.2015	31.12.2014
BID-Prodetur I	USD + 3,35	522.639	384.991
BID-Prodetur II	USD + 1,19	626.580	455.106
BID-Outros Programas	USD + 1,19	9.437	7.118
Total		1.158.656	847.215
Saldo de Curto Prazo		173.711	114.573
Saldo de Longo Prazo		984.945	732.642

e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	01.01. a 30.09.2015	01.01. a 30.09.2014
Despesas de Obrigações por Empréstimos	-	(961)
Obrigações por Empréstimos no País	-	(961)
Despesas de Obrigações por Repasses	(532.373)	(179.892)
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	(111.758)	(84.081)
Tesouro Nacional	(61)	(18)
BNDES	(107.284)	(79.903)
Finame	(4.413)	(4.160)
Despesas de Repasses do Exterior	(420.615)	(95.811)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(508.963)	(87.864)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(821.921)	(628.228)
Total	(1.863.257)	(896.945)

Notas Explicativas

NOTA 15 – Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

a) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Remuneração a.a. (%)	Valor Contratual em milhares de US\$	Valor Contratual em 30.09.2015 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 30.09.2015 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 31.12.2014 ⁽²⁾
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> ⁽¹⁾	09.11.2010	09.11.2015	3,625	300.000	1.211.347	1.160.666	793.138
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> ⁽¹⁾	03.05.2012	03.05.2019	4,375	300.000	1.216.369	1.107.859	809.412
Total					2.427.716	2.268.525	1.602.550
Saldo de Curto Prazo						1.185.165	808.048
Saldo de Longo Prazo						1.083.360	794.502

⁽¹⁾ As notas não possuem amortizações intermediárias, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação. O pagamento dos juros das notas é semestral.

⁽²⁾ Considerando os efeitos tributários.

Na forma da Nota 7.c.1 as operações de *swap* realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pelas captações de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de *hedge accounting* e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

b) Letras de Crédito do Agronegócio Emitidas

Especificação	Remuneração a.a. (%)	Valor Nominal	30.09.2015	31.12.2014
Letras de Crédito do Agronegócio ⁽¹⁾	87,93 CDI	188.501	198.341	83.412
Saldo de Curto Prazo			198.341	83.372
Saldo de Longo Prazo			-	40

⁽¹⁾ Título com prazo médio de vencimento de 360 dias.

Notas Explicativas

NOTA 16 – Outras Obrigações

Especificação	30.09.2015	31.12.2014
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	38.179	2.677
Recursos do Proagro	170	-
Recebimentos de Tributos Federais	34.675	-
IOF a Recolher	2.536	2.578
Outros Tributos e Assemelhados	798	99
b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	251.757	2.208
c) Sociais e Estatutárias	9.387	160.668
Dividendos e Bonificações a Pagar	630	96.514
Participações nos Lucros	8.757	64.154
d) Fiscais e Previdenciárias	438.702	438.165
Provisão para Riscos Fiscais	45.619	127.010
Impostos e Contribuições (Nota 22.i)	1.684	90.201
Causas Fiscais	43.935	36.809
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	52.953	45.988
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 21.d)	1.191	3.272
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos (Nota 21.d)	4.483	5.147
Decorrentes de Créditos Recuperados (Nota 21.d)	47.279	37.569
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 21.a.2)	273.412	192.187
Imposto de Renda ⁽¹⁾	164.471	116.860
Contribuição Social ⁽¹⁾	108.941	75.327
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	66.718	72.980
e) Negociação e Intermediação de Valores	101	91
f) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	11.244.994	8.652.860
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE (Nota 28.a.1)	10.267.852	7.798.625
Outros Valores	977.142	854.235
g) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 17 e Nota 28.a.1)	1.434.148	1.356.540
h) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 18 e Nota 28.a.1)	1.741.169	1.605.289
i) Diversas	4.778.487	3.695.814
Provisão para Passivos Contingentes	3.125.487	2.455.248
Causas Trabalhistas (Nota 22.i.iii)	243.547	221.610
Causas Cíveis (Nota 22.i.iv)	163.200	138.045
Outras Causas (Nota 22.i.v)	740	608
FNE (Nota 22.i.2.i)	2.660.871	2.062.717
Repasse	1.007	1.073
Risco Integral	125.411	111.778
Risco Compartilhado	2.534.453	1.949.866
FDNE (Nota 22.i.2.ii)	1.107	1.065
Proagro (Nota 22.i.2.iii)	2.417	2.600
Dividendos Adicionais Propostos	10.850	-
Outros Passivos Contingentes (Nota 22.i.2.iv)	42.755	28.603
Provisão para Pagamentos a Efetuar	1.427.503	1.116.313
Benefício Pós-Emprego	1.172.299	878.530
Plano de Aposentadoria e Pensão BD (Nota 28.a.2)	306.339	130.268
Plano de Assistência Médica (Nota 28.a.2)	813.470	710.602
Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego (Nota 28.a.2)	52.490	37.660
Despesa de Pessoal	202.475	194.924
Outros Valores	52.729	42.859
Outros Valores	225.497	124.253
Total	19.936.924	15.914.312
Saldo de Curto Prazo	6.241.971	6.258.485
Saldo de Longo Prazo	13.694.953	9.655.827

⁽¹⁾ Em 30.09.2015, inclui o valor complementar de R\$ 5.640 de IR e R\$ de CSLL R\$ 3.472, referentes ao ajuste anual dos anos de 2010 a 2013, em face do recálculo da base Pasep/Cofins com inclusão de despesas com Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida - IHCD.

NOTA 17 – Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	30.09.2015	31.12.2014
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Notas 16.g e 28.a.1)	1.000.000	1.356.540	22.12.2010	1.434.148	1.356.540
Saldo de Curto Prazo				66.159	83.648
Saldo de Longo Prazo				1.367.989	1.272.892

NOTA 18 – Dívidas Subordinadas

Especificação	30.09.2015	31.12.2014
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	1.741.169	1.605.289
Recursos disponíveis ⁽¹⁾	1.112.381	923.752
Recursos aplicados ⁽²⁾	628.788	681.537
Total (Nota 28.a.1)	1.741.169	1.605.289

⁽¹⁾ São remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, conforme artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

⁽²⁾ São remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o *del credere* da instituição financeira, conforme artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

Notas Explicativas

NOTA 19 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social do Banco, no valor de R\$ 2.844.000 (R\$ 2.844.000 em 31.12.2014), é representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas, assim distribuídas:

Composição em 30.09.2015		
Acionistas	Quantidade das Ações	% do Capital
União Federal	44.049.447	51,00
BB FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado	30.216.868	34,98
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.230.000	7,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	3.846.968	4,45
Outros	2.028.181	2,36
Total	86.371.464	100,00

Composição em 31.12.2014		
Acionistas	Quantidade das Ações	% do Capital
União Federal	44.049.447	51,00
BB FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado	30.216.918	34,98
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.237.350	7,22
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	3.846.968	4,45
Outros	2.020.781	2,35
Total	86.371.464	100,00

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 17.153 (R\$ 19.394 em 31.12.2014) refere-se à reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução nº 3.565, de 29.05.2008 do Conselho Monetário Nacional. Até o 3º trimestre houve transferência da reserva no valor de R\$ 2.241 (R\$ 724 em 31.12.2014) para Lucros ou Prejuízos Acumulados.

c) Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio – 1º semestre de 2015

Por meio da Reunião do Conselho de Administração realizada em 05.08.2015, foi aprovado o pagamento antecipado de Juros sobre o Capital Próprio (JCP), imputados ao valor do dividendo, de 35,01% sobre o lucro líquido ajustado apurado no semestre, no valor de R\$ 53.165. O referido benefício foi pago em 28.08.2015. O total dos JCP distribuídos sobre o lucro líquido apurado em 30.06.2015 proporcionou, na mesma posição, redução da despesa com encargos tributários no montante de R\$ 20.947.

d) Pagamento de Dividendos e JCP do exercício de 2014

Por meio da Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária realizada em 31.03.2015, foi aprovada a distribuição de Dividendos e JCP, referentes ao exercício findo em 31.12.2014, de R\$ 533.030. Esse montante contempla R\$ 283.648 adicionado ao valor da provisão constituída para o exercício de 2014 e R\$ 40.463, transferido da conta Reservas Especiais de Lucros - Dividendos Adicionais Propostos, com vistas ao cumprimento da decisão da referida Assembleia. Referidos benefícios foram pagos em 14.04.2015.

e) Demonstrativo de cálculo dos juros sobre o capital próprio e dividendos referentes ao período de nove meses:

Especificação	01.01. a 30.09.2015	01.01. a 30.09.2014
1. Lucro Líquido do Período	200.944	429.051
2. Reserva de Reavaliação transferida para Lucros ou Prejuízos Acumulados	1.743	78
3. Lucro Líquido Ajustado	202.687	429.129
4. Reserva Legal calculada ⁽¹⁾	(10.030)	(21.453)
5. Base de Cálculo dos Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	192.657	407.676
6. Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	67.694	109.122
7. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP	(204)	(553)
8. JCP imputados aos dividendos (item 6 + item 7)	67.490	108.569

⁽¹⁾ A Reserva Legal é reconhecida a cada balanço patrimonial. O valor acima calculado destina-se à apuração da Base de Cálculo dos Dividendos e JCP

Notas Explicativas

f) Reserva Legal

A Reserva Legal corresponde a 5% sobre o lucro líquido apurado no fechamento de cada semestre. No 1º semestre de 2015 foi de R\$ 7.907.

g) Reserva Estatutária

A Reserva Estatutária representa o saldo remanescente do lucro líquido apurado no fechamento de cada semestre após a constituição da Reserva Legal e a distribuição de JCP/Dividendos. No 1º semestre de 2015, foi no valor de R\$ 98.219.

h) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Especificação	30.09.2015	30.09.2014
Ações em Tesouraria	-	384
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para a Venda	(143.259)	(47.218)
Ganhos e Perdas Atuariais (Benefícios Pós-Emprego)	(293.726)	185.848
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(436.985)	139.014

Notas Explicativas

NOTA 20 – Outras Receitas/Despesas Operacionais

Especificação	01.01. a 30.09.2015	01.01. a 30.09.2014
a) Receitas de Prestação de Serviços	1.505.322	1.368.827
Administração de Fundos de Investimentos	22.306	18.330
Administração de Fundos e Programas	1.216.203	1.129.314
Prestação de Serviços	266.813	221.183
b) Rendas de Tarifas Bancárias	38.048	26.214
c) Despesas de Pessoal	(1.105.598)	(1.110.370)
Proventos	(655.165)	(594.691)
Encargos Sociais	(236.047)	(220.103)
Programa de Incentivo ao Desligamento – PID	-	(101.551)
Plano de Aposentadoria e Pensão - Capef Planos BD e CV I	(49.764)	(34.511)
Plano de Assistência Médica - Camed Plano Natural	(56.931)	(61.891)
Seguro de Vida - Benefício Pós-Emprego	(3.775)	-
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(103.916)	(97.623)
d) Outras Despesas Administrativas	(718.045)	(660.390)
Processamento de Dados	(115.900)	(107.365)
Propaganda e Publicidade	(17.919)	(22.107)
Serviços de Terceiros	(304.270)	(269.603)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(49.651)	(36.797)
Viagens	(8.777)	(14.827)
Comunicações	(22.458)	(20.086)
Depreciação e Amortização	(30.328)	(27.889)
Manutenção e Conservação de Bens	(30.409)	(27.862)
Vigilância, Segurança e Transporte	(52.381)	(41.845)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(9.095)	(6.391)
Serviços do Sistema Financeiro	(20.253)	(18.547)
Serviços Técnicos Especializados	(24.814)	(27.849)
Seguros	(1.842)	(3.196)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocatícios	(16.721)	(17.218)
Contribuição Sindical Patronal e a Entidades Associativas	(1.680)	(1.625)
Condomínio, Copa, Cozinha e Alimentação	(3.680)	(3.329)
Outros Valores	(7.867)	(13.854)
e) Despesas Tributárias (Nota 21.e)	(191.307)	(176.284)
Contribuições ao Cofins e PIS/Pasep	(169.503)	(159.417)
ISS, IPTU e Contribuição de Melhoria	(19.798)	(15.107)
Outros Valores	(2.006)	(1.760)
f) Outras Receitas Operacionais	1.127.089	1.179.847
“Del credere” de Fundos Administrados	906.476	804.774
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Obtidos	12.281	203.000
Reversão de Provisões Operacionais/Riscos c/Operações do FNE	67	284
Recuperação de Encargos e Despesas	9.328	5.645
Reversão de Provisões Operacionais	112.823	26.652
Juros e Comissões	5.809	1.780
Correção Monetária	728	2.014
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	37.042	95.021
Outros Valores	42.535	40.677
g) Outras Despesas Operacionais	(1.326.086)	(733.990)
Variação Cambial da Área de Câmbio	(7.955)	(645)
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(4.421)	(109.753)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(1)	(6.108)
Descontos Concedidos em Renegociações	(814)	(1.010)
Encargos de Operações de Crédito	(1.619)	(2.297)
Riscos Fiscais	(8.204)	(10.716)
Riscos com Operações do FNE	(892.015)	(310.190)
Riscos com Operações do FDNE	(42)	(111)
Causas Trabalhistas	(23.823)	(21.732)
Causas Cíveis	(34.088)	(25.549)
Outras Causas	(132)	(56)
Outros Passivos Contingentes	(26.335)	(4.921)
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(164.851)	(118.540)
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(88.459)	(56.895)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(47.422)	(52.298)
Outros Valores	(25.905)	(13.169)
Total	(670.577)	(106.146)

Notas Explicativas

NOTA 21 – Impostos e Contribuições

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social pela estimativa. As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social (Despesa Corrente + Despesa Diferida) registrada até o 3º trimestre de 2015 foram de R\$ 219.180 (R\$ (215.166) em 30.09.2014) demonstradas no quadro abaixo.

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	14.990	706.806	14.990	706.806
Participações Estatutárias sobre o Lucro (PLR)	(33.225)	(62.589)	(33.225)	(62.589)
Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	(67.694)	(109.122)	(67.694)	(109.122)
Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos Juros sobre o Capital Próprio	(85.929)	535.095	(85.929)	535.095
Adições/Exclusões Permanentes	(2.727)	119.404	(2.272)	119.352
Adições/Exclusões Temporárias	756.934	(225.344)	756.934	(225.344)
Resultado Tributável	668.278	429.155	668.733	429.103
Despesas de Provisão de IRPJ e CSLL - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(167.052)	(107.271)	(105.469)	(64.365)
Deduções (Incentivos Fiscais)	8.221	4.352	-	-
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	726	984	436	590
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL - após os incentivos e Reserva de Reavaliação	(158.105)	(101.935)	(105.033)	(63.775)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Decorrentes de Créditos Recuperados e IFD	(2.824)	(9.148)	(4.369)	(5.489)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(160.929)	(111.083)	(109.402)	(69.264)
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões, IFD e Item Objeto de Hedge	238.882	(21.760)	250.628	(13.059)
Total de IRPJ/CSLL	77.953	(132.843)	141.226	(82.323)
Alíquota Efetiva (%)	(90,72)	18,79	(164,35)	11,65
a.2) Especificação da Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014
Despesa de Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	158.104	109.995	105.033	71.120
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	726	1.225	436	735
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 16.d)	158.830	111.220	105.469	71.855
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte (Nota 10.d)	(118.384)	(103.145)	(56.261)	(64.425)
Valor dos Tributos a Recolher (a Compensar) do Período	40.446	8.075	49.208	7.430

b) Alteração da Alíquota da CSLL de 15% para 20%

Em conformidade com o estabelecido na MP 675 de 21.05.2015, convertida na Lei nº 13.169 de 06.10.2015, a alíquota da CSLL que era de 15% passou a ser de 20% no período 01.09.2015 até 31.12.2018, voltando a ser de 15% a partir de 01.01.2019. Por conta disso, a constituição e o cronograma de realização de créditos tributários observam a alíquota vigente no período correspondente. O efeito dessa alteração está assim demonstrado:

Ativo Fiscal Diferido	R\$ 114.489
Passivo Fiscal Diferido	R\$ (3.173)
Total	R\$ 111.316

c) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias

Os créditos tributários correspondentes a IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias das provisões para perdas de crédito e provisões para benefícios pós-emprego são registrados conforme disposições das principais normas a seguir: Resolução do CMN nº 3.059, de 20.12.2002 (alterada pela Resolução CMN nº 3.355, de 31.03.2006) e Circular Bacen nº 3.171, de 30.12.2002; e são fundamentados em Estudos

Notas Explicativas

Técnicos realizados semestralmente demonstrando a probabilidade de realização do crédito tributário para o prazo de cinco anos.

De acordo com as Circulares Bacen nºs 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, foram constituídos créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários (TVM), relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda, bem como sobre Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD).

Especificação	30.09.2015		31.12.2014		30.09.2015	31.12.2014
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Provisões						
Saldo Inicial	588.763	353.271	645.463	387.292	942.034	1.032.755
Constituição	430.141	258.095	258.530	155.132	688.236	413.662
Realização/Reversão	(189.671)	(6.510)	(315.231)	(189.153)	(196.181)	(504.384)
Saldo Final (Nota 10.d)	829.233	604.856	588.762	353.271	1.434.089	942.033
b) Instrumentos Financeiros Derivativos						
Saldo Inicial	2.078	1.248	13	7	3.326	20
Constituição	47.555	31.061	4.575	2.746	78.616	7.321
Realização/Reversão	(9.935)	(5.961)	(2.510)	(1.505)	(15.896)	(4.015)
Saldo Final (Nota 7.c)	39.698	26.348	2.078	1.248	66.046	3.326
c) Item Objeto de Hedge						
Saldo Inicial	(590)	(354)	15.554	9.333	(944)	24.887
Constituição	57.210	34.326	12.797	7.678	91.536	20.475
Realização/Reversão	(96.418)	(60.386)	(28.941)	(17.365)	(156.804)	(46.306)
Saldo Final (Nota 7.c.1)	(39.798)	(26.414)	(590)	(354)	(66.212)	(944)
Efeito no Patrimônio Líquido						
d) TVM						
Saldo Inicial	112.325	67.396	131.001	78.601	179.721	209.602
Constituição	381.477	234.444	433.654	260.192	615.921	693.846
Realização/Reversão	(318.594)	(189.528)	(452.330)	(271.397)	(508.122)	(723.727)
Saldo Final (Nota 7.a.2)	175.208	112.312	112.325	67.396	287.520	179.721

O saldo dos créditos ativados e não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social estão a seguir demonstrados:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014
1. Total das Diferenças Temporárias	5.578.796	4.263.499	5.578.796	4.263.499
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.394.699	1.065.875	1.115.759	639.525
3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões	829.233	588.762	604.856	353.271
4. Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado de TVM, IFD e Item Objeto de Hedge	175.108	113.813	112.246	68.290
5. Total de Créditos Tributários Ativados (item 3+ item 4) ⁽¹⁾	1.004.341	702.575	717.102	421.561
6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) ⁽²⁾	390.358	363.300	398.657	217.964

⁽¹⁾ Os créditos ativados encontram-se registrados em "Outros Créditos-Diversos"

⁽²⁾ Não ativados por não atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.355, de 31.03.2006.

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de provisões, na posição de 30.09.2015, estão a seguir demonstrados:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%) ⁽¹⁾	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2015	14,30	259.141	234.424	207.313	187.539	466.454	421.963
2016	12,62	146.239	133.768	116.992	107.015	263.231	240.783
2017	11,23	77.638	71.681	62.112	57.345	139.750	129.026
2018	10,55	53.521	49.643	42.816	39.714	96.337	89.357
2019	10,44	98.294	91.240	58.976	54.744	157.270	145.984
A partir de 2020	10,44	194.400	180.446	116.647	108.278	311.047	288.724
Total		829.233	761.202	604.856	554.635	1.434.089	1.315.837

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na data de 30.09.2015.

Notas Explicativas

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários, dos Instrumentos Financeiros Derivativos e Item Objeto de *Hedge* apurados pelo valor presente de realização, na forma das Circulares Bacen nºs 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2015	8.317	8.317	6.653	6.653	14.970	14.970
2016	11.949	11.949	9.560	9.560	21.509	21.509
2017	1.541	1.541	1.233	1.233	2.774	2.774
2018	14.098	14.098	11.279	11.279	25.377	25.377
2019	4.430	4.430	2.658	2.658	7.088	7.088
Acima de 2019	134.773	134.772	80.863	80.864	215.636	215.636
Total	175.108	175.107	112.246	112.247	287.354	287.354

Os valores totais previstos de realizações dos créditos tributários na posição de 30.09.2015 estão a seguir demonstrados:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil ⁽¹⁾	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2015	267.458	242.741	213.966	194.192	481.424	436.933
2016	158.188	145.717	126.552	116.575	284.740	262.292
2017	79.179	73.222	63.345	58.578	142.524	131.800
2018	67.619	63.741	54.095	50.993	121.714	114.734
2019	102.724	95.670	61.634	57.402	164.358	153.072
Acima de 2019	329.173	315.218	197.510	189.141	526.683	504.359
Total	1.004.341	936.309	717.102	666.881	1.721.443	1.603.190

⁽¹⁾ Considerando a mudança da alíquota de 15% para 20% a partir de 01.09.2015.

d) Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos

Especificação	30.09.2015		31.12.2014		30.09.2015	31.12.2014
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	Total
Efeito no Resultado						
a) Instrumentos Financeiros Derivativos						
Saldo Inicial	1.573	944	5.397	3.238	2.517	8.636
Constituição	46.685	28.011	17.847	10.708	74.696	28.555
Realização/Reversão	(48.258)	(28.955)	(21.671)	(13.002)	(77.213)	(34.674)
Saldo Final (Nota 7.c e Nota 16.d)	-	-	1.573	944	-	2.517
b) Reserva de Reavaliação						
Saldo Inicial	3.217	1.930	4.134	2.482	5.147	6.616
Constituição	-	450	227	136	450	363
Realização/Reversão	(726)	(388)	(1.144)	(688)	(1.114)	(1.832)
Saldo Final (Nota 16.d)	2.491	1.992	3.217	1.930	4.483	5.147
c) Decorrentes de Créditos Recuperados ⁽¹⁾						
Saldo Inicial	23.481	14.088	16.491	9.895	37.569	26.386
Constituição	4.458	5.336	7.658	4.595	9.794	12.253
Realização/Reversão	(61)	(23)	(668)	(402)	(84)	(1.070)
Saldo Final (Nota 16.d)	27.878	19.401	23.481	14.088	47.279	37.569
Efeito no Patrimônio Líquido						
d) TVM						
Saldo Inicial	472	283	25.007	15.004	755	40.011
Constituição	14.309	8.660	92.496	55.498	22.969	147.994
Realização/Reversão	(14.083)	(8.450)	(117.032)	(70.219)	(22.533)	(187.250)
Saldo Final (Nota 7.a.2)	698	493	472	283	1.191	755

⁽¹⁾ Na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996.

Notas Explicativas

As provisões sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	IRPJ	CSLL	Total
2015	4	3	7
2016	36	29	65
2017	26	20	46
2018	300	240	540
2019	207	124	331
A partir de 2020	125	77	202
Total	698	493	1.191

As provisões sobre as Reservas de Reavaliação, apuradas pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%)	IRPJ		CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2015	14,30	430	416	344	332	774	748
2016	12,62	861	741	688	592	1.549	1.333
2017	11,23	861	668	688	534	1.549	1.202
2018	10,55	339	239	272	191	611	430
Total		2.491	2.064	1.992	1.649	4.483	3.713

As provisões sobre os Créditos Recuperados, na forma do artigo 12 da Lei 9.430, de 27.12.1996, apuradas pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%) ¹	IRPJ		CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2015	14,30	2.658	2.567	2.127	2.053	4.785	4.620
2016	12,62	4.640	4.481	3.712	3.585	8.352	8.066
2017	11,23	3.672	3.547	2.938	2.838	6.610	6.385
2018	10,55	2.402	2.320	1.922	1.856	4.324	4.176
2019	10,44	1.719	1.659	1.031	996	2.750	2.655
A partir de 2020	10,44	12.787	12.349	7.671	7.410	20.458	19.759
Total		27.878	26.923	19.401	18.738	47.279	45.661

Os valores totais das provisões dos passivos tributários, na posição de 30.09.2015, estão a seguir demonstrados:

Período	IRPJ	CSLL	Total
2015	3.092	2.474	5.566
2016	5.537	4.429	9.966
2017	4.559	3.646	8.205
2018	3.042	2.433	5.475
2019	1.926	1.155	3.081
Acima de 2019	12.911	7.749	20.660
Total	31.067	21.886	52.953

e) Despesas Tributárias

Especificação	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Contribuição ao Cofins e PIS/Pasep	(169.503)	(159.417)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(19.798)	(15.107)
Outros Valores	(2.006)	(1.760)
Total (Nota 20)	(191.307)	(176.284)

Notas Explicativas

NOTA 22 – Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

- a) O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. Para reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões, ativos contingentes e passivos contingentes e obrigações legais são observados os critérios do CPC nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, recepcionado pelo Bacen por meio da Resolução n.º 3.823, de 16.12.2009, do CMN, e Carta Circular Bacen n.º 3.429, de 11.02.2010.
- b) A avaliação da provisão e do passivo contingente, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela Superintendência Jurídica do Banco, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota. Esta classificação é realizada com base na análise dos seguintes fatores: i) razoabilidade da fundamentação fática e jurídica da parte adversa; ii) argumentação e fundamentação jurídica desenvolvida pelo Banco; iii) antecedentes de perdas para casos similares; iv) entendimentos dos Tribunais Superiores e dos órgãos de fiscalização acerca do assunto em litígio; v) decisões ocorridas no próprio processo (decisão, sentença, concessão de liminar, antecipação de tutela, mandado de pagamento ou penhora etc); e vi) existência de falhas operacionais na condução do processo judicial ou administrativo.
- c) As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Para as contingências enquadradas como possíveis e remotas não cabem provisões, conforme disposições legais e regulamentares. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos, conforme quadro a seguir:

Especificação	30.09.2015		31.12.2014	
	Valor da Base	Provisão	Valor da Base	Provisão
a) Provisão para Riscos Fiscais				
a.1) Impostos e Contribuições - Obrigação Legal⁽¹⁾	1.684	1.684	90.201	90.201
a.2) Causas Fiscais	1.462.742	43.935	1.356.639	36.809
i) Obrigação Legal	248	248	284	284
ii) Outras Obrigações-Diversas	1.462.494	43.687	1.356.355	36.525
Provável	43.687	43.687	36.525	36.525
Possível	1.193.373	-	1.050.997	-
Remota ⁽²⁾	225.434	-	268.833	-
b) Provisão para Passivos Contingentes				
b.1) Causas Trabalhistas	429.985	243.547	390.822	221.610
Provável (Nota 16.i)	243.547	243.547	221.610	221.610
Possível	96.117	-	87.188	-
Remota	90.321	-	82.024	-
b.2) Causas Cíveis	4.389.870	163.200	3.735.322	138.045
Provável (Nota 16.i)	163.200	163.200	138.045	138.045
Possível	937.015	-	838.423	-
Remota ⁽³⁾	3.289.655	-	2.758.854	-
b.3) Outras Causas	424.974	740	2.956	608
Provável (Nota 16.i)	740	740	608	608
Possível	423.899	-	2.044	-
Remota	335	-	304	-

⁽¹⁾ Houve reversão de provisão considerando o julgamento favorável ao Banco, ocorrido no processo judicial que tem por objeto a discussão sobre IRPJ ano-base 1999, cujo valor do passivo contingente, classificado com risco remoto, é de R\$ 94.764, posição em 30.09.2015, registrado em Outras Obrigações-Diversas.

⁽²⁾ O montante do passivo contingente relacionado às causas fiscais classificadas como risco remoto está concentrado em 02 (dois) processos que apresentaram saldo do passivo contingente da ordem de R\$ 184.207 (R\$ 168.220, em 31.12.2014, sendo R\$ 81.643 com risco remoto e R\$ 86.577 como risco provável).

Notas Explicativas

⁽³⁾ O montante do passivo contingente relacionado às causas cíveis classificadas como risco remoto está concentrado em 05 (cinco) processos que apresentaram saldo de passivo contingente da ordem de R\$ 2.037.257 (R\$ 1.720.428 em 31.12.2014).

- d) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedade de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de execução de operações de crédito, cuja avaliação da provisão e da contingência passiva é realizada, pela Superintendência Jurídica, na forma do item “b”, retromencionado.
- e) A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

Fiscal:

Três ações na esfera fiscal que visam desconstituir auto de infração. As estimativas de perdas financeiras perfazem na data base de 30.09.2015, R\$ 1.073.473 (R\$ 941.885 em 31.12.2014).

Cível:

Ação na esfera cível que visa lucros cessantes e pagamento de taxa de administração. A estimativa de perda financeira perfaz na data base de 30.09.2015, R\$ 167.642 (R\$ 141.571 em 31.12.2014).

Ação na esfera cível que visa indenização e lucro cessante. A estimativa de perda financeira perfaz na data base de 30.09.2015, R\$ 113.668 (Não existia perda para este processo em 31.12.2014).

Ação na esfera cível que visa pagamento de honorários. A estimativa de perda financeira perfaz na data base de 30.09.2015, R\$ 65.307 (R\$ 55.151 em 31.12.2014).

Ação na esfera cível que visa repetição de indébito. A estimativa de perda financeira perfaz na data base de 30.09.2015, R\$ 46.767 (R\$ 39.734 em 31.12.2014).

Ação na esfera cível que visa indenização. A estimativa de perda financeira perfaz na data base de 30.09.2015, R\$ 36.590 (R\$ 30.539 em 31.12.2014).

Ação na esfera cível, relativa a Benefícios Pós-Emprego. A estimativa de perda financeira, de risco possível, perfaz, na data-base de 30.09.2015, R\$ 34.224 (R\$ 80.452 em 31.12.2014).

- f) Os Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos, constituídos para as provisões e passivos contingentes, estão assim representados:

Especificação	30.09.2015	31.12.2014
Demandas Trabalhistas	438.657	420.988
Demandas Fiscais	220.880	211.574
Demandas Cíveis	103.685	47.955
Total	763.222	680.517

- g) Em “Outros Passivos Contingentes”, na posição de 30.09.2015, registram-se os valores de: R\$ 27.131 (R\$ 5.827, em 31.12.2014), referente à provisão para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito concedidas com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna, R\$ 13.512 (R\$ 12.781, em 31.12.2014) relativo ao risco de crédito sobre operações securitizadas, com fundamento na Lei nº 9.138, de 29.11.1995, e que se encontram registradas em contas de compensação e R\$ 2.112 (R\$ 2.596, em 31.12.2014) referente à provisão para fazer frente aos riscos de perdas decorrentes do Inventário de Operações de Crédito. Em 30.09.2015 não existe provisão para passivos contingentes de operações de crédito com recursos do FNE, adicionais às registradas na data-base (R\$ 7.399 em 31.12.2014).

Notas Explicativas

i) Movimentação das Provisões

i.1) Causas Fiscais, Trabalhistas, Cíveis, Outras Causas e Obrigação Legal

Especificação	30.09.2015	31.12.2014
i) Impostos e Contribuições (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	90.201	84.925
Constituição	285	9.210
Reversão/Utilização/Baixa	(88.802)	(3.934)
Saldo Final (Nota 16.d)	1.684	90.201
ii) Causas Fiscais (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	36.525	32.867
Constituição	9.380	5.867
Reversão/Utilização/Baixa	(2.218)	(2.209)
Saldo Final (Nota 22.c)	43.687	36.525
iii) Causas Trabalhistas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo inicial	221.610	198.291
Constituição	34.168	36.437
Reversão/Utilização/Baixa	(12.231)	(13.118)
Saldo Final (Nota 16.i)	243.547	221.610
iv) Causas Cíveis (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	138.045	105.499
Constituição	42.523	67.317
Reversão/Utilização/Baixa	(17.368)	(34.771)
Saldo Final (Nota 16.i)	163.200	138.045
v) Outras Causas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	608	663
Constituição	432	113
Reversão/Utilização/Baixa	(300)	(168)
Saldo Final (Nota 16.i)	740	608

i.2) Demais Provisões

Especificação	30.09.2015	31.12.2014
i) FNE		
Saldo Inicial	2.062.717	2.022.091
Constituição	1.242.342	1.034.231
Reversão/Utilização/Baixa	(644.188)	(993.605)
Saldo Final (Nota 16.i)	2.660.871	2.062.717
ii) FDNE		
Saldo Inicial	1.065	515
Constituição	42	551
Reversão/Utilização/Baixa	-	(1)
Saldo Final (Nota 16.i)	1.107	1.065
iii) Proagro		
Saldo Inicial	2.600	2.152
Constituição	505	634
Reversão/Utilização/Baixa	(688)	(186)
Saldo Final (Nota 16.i)	2.417	2.600
iv) Outros Passivos Contingentes		
Saldo Inicial	28.603	33.685
Constituição	26.369	12.397
Reversão/Utilização/Baixa	(12.217)	(17.479)
Saldo Final (Nota 16.i)	42.755	28.603

NOTA 23 – Remuneração Paga a Funcionários e Administradores (Em R\$ 1,00)

a) Remuneração Mensal de Funcionários

Remuneração Bruta ⁽¹⁾	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Máxima	33.290,13	30.744,54
Mínima	1.273,33	1.148,97
Média	8.385,28	7.844,14

⁽¹⁾ Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

Notas Explicativas

b) Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal no Período

Especificação	30.09.2015	30.09.2014	30.09.2015	30.09.2014	30.09.2015	30.09.2014
Remuneração Bruta ⁽¹⁾	Diretoria		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
Maior remuneração individual ⁽²⁾	721.480,43	556.304,33	49.633,89	36.221,55	46.591,23	36.221,55
Menor remuneração individual ⁽³⁾	593.173,00	443.376,61	49.633,89	36.221,55	38.033,70	36.221,55
Remuneração média individual ⁽⁴⁾	697.909,59	511.981,69	40.837,37	35.201,81	42.499,86	36.029,29
Número de membros ⁽⁵⁾	7	7	6	6	5	5

⁽¹⁾ Valores aprovados pela 62ª reunião da Assembleia Geral Ordinária realizada em 31.03.2015.

⁽²⁾ Apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no período.

⁽³⁾ Apurado com a exclusão de todos os membros que não tenham exercido o cargo pelo período todo.

⁽⁴⁾ Corresponde à divisão do valor total da remuneração do período de cada órgão pelo número de membros.

⁽⁵⁾ O número de membros corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

Em 30.09.2015, o número de funcionários do Banco totalizava 7.124 (6.972 em 31.12.2014), registrando-se um acréscimo de 2,18% no quadro de pessoal.

NOTA 24 – Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada pela Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados são apresentadas, a seguir, as informações sobre benefícios pós-emprego. As avaliações atuariais são realizadas por atuário independente habilitado, com base em informações fornecidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil – Caepf, Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste – Camed e Banco.

a) Descrição geral das características dos Planos de Benefícios

a.1) Planos de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

O Banco é patrocinador de dois planos de benefícios, administrados pela Caepf, entidade fechada de previdência complementar, que propiciam aos participantes, bem como aos seus beneficiários, o pagamento de benefícios suplementares aos da Previdência Social (INSS).

Os planos de previdência, patrocinados pelo Banco, oferecem aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

O plano de Benefícios Definidos (BD) encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999. Em termos gerais, para os atuais participantes ativos, os benefícios do plano BD são calculados com base na diferença entre o salário de contribuição do empregado e o benefício de aposentadoria do INSS, ponderada pelo número de contribuições pagas ao plano, limitadas a 360, incluindo eventual parcela de prorrogação de expediente proporcional ao número de contribuições pagas sobre esta parcela, todos vigentes em julho de 1997 e projetados, de acordo com o regulamento do plano, até a data de aposentadoria do participante. Além disso, é descontada do benefício uma taxa equivalente a 21,25%, a título de contribuição extraordinária, resultando, de forma geral, 78,75% do salário de contribuição médio.

O plano de Contribuição Variável (CV I), que tem os benefícios de aposentadoria programada calculados com base no saldo da conta individual de cada participante, existente na data da aposentadoria e são pagos em duas fases, a primeira na forma de renda com prazo determinado, na modalidade Contribuição Definida (CD), e a segunda na forma de renda vitalícia, na modalidade Benefício Definido (BD). Além disso, o plano oferece cobertura para benefícios não programados, como invalidez e morte em atividade, sendo estes benefícios avaliados, pelo Banco, como benefício definido.

a.1.1) Regime Atuarial no âmbito da Caepf

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O plano CV I, na forma da Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012, conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados, e, o regime de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

Notas Explicativas

a.1.2) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.09.2015, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos BD e CV I, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido dos planos.

a.1.3) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.1998, registrando, em 30.09.2015, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2014: 1:1).

a.2) Plano de Assistência Médica

O Banco é patrocinador e mantenedor de plano de saúde administrado pela Camed, denominado Plano Natural, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

a.2.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.09.2015, obrigações vencidas e dívidas de contribuições em relação a esse plano, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido do plano.

a.2.2) Contribuições

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade do Banco.

a.3) Seguro de Vida em Grupo

O Banco mantém, para seus empregados e aposentados, seguro de vida em grupo para cobertura básica: morte por causas naturais e acidentais e cobertura adicional de invalidez por acidente e por doença.

a.3.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.09.2015, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação ao seguro de vida em grupo, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido relativa ao seguro de vida.

NOTA 25 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

- a) O patrimônio do FNE no montante de R\$ 58.172.660 (R\$ 53.478.814 em 31.12.2014) está registrado em contas de compensação do Banco "Patrimônio de Fundos Públicos Administrados".
- b) O disponível do Fundo no valor de R\$ 10.259.866 (R\$ 7.790.705 em 31.12.2014), registrado no título "Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento" é remunerado pela taxa extramercado. A despesa com remuneração do disponível foi de R\$ 779.477 (R\$ 611.201 em 30.09.2014).
- c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:
- c.1) nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;
 - c.2) para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se os financiamentos do Programa da Terra e das operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999; e
 - c.3) o risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Devedores por Repasses do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 616, de 26.05.2003. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base na Lei nº 12.716, de 21.09.2012, destinados à liquidação de operações do Banco com outras fontes de recursos, permanecerá a mesma

Notas Explicativas

posição de risco da operação a ser liquidada. A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em "Passivos Contingentes" do Banco é a seguinte:

Nível de Risco	Saldos	Provisão em 30.09.2015	Provisão em 31.12.2014
AA	9.247.407	-	-
A	11.504.578	28.877	33.196
B	9.581.445	48.187	48.178
C	2.090.833	31.218	18.945
D	715.110	35.809	43.834
E	570.428	87.202	79.741
F	423.658	106.986	79.493
G	686.828	240.647	122.765
H	4.107.767	2.081.945	1.636.562
Total	38.928.054	2.660.871	2.062.717

d) para as operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o *del credere* é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *del credere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de *del credere* foi de R\$ 901.265 (R\$ 800.605 em 30.09.2014).

e) a taxa de administração de 3% a.a. é calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de contrato de repasse com o Banco, dos saldos dos repasses a outras instituições com risco integral do Banco e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf (Grupos B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012/Custeio), ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional. A taxa de administração foi de R\$ 964.310 (R\$ 913.982 em 30.09.2014).

NOTA 26 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	Tade	30.09.2015	31.12.2014
Proger-Urbano Investimento	017/2006	7.817	14.095
FAT - Infraestrutura	018/2006	203.587	221.269
Protrabalho Investimento	004/2007	178.784	165.508
PNMPO-Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	001/2010	144.127	172.463
Total		534.315	573.335

As obrigações contraídas junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), registradas em "Depósitos Especiais com Remuneração", da ordem de R\$ 354.304 (R\$ 420.406 em 31.12.2014) têm custo de captação com base na taxa Selic enquanto não aplicadas em operações de crédito e com base na TJLP após a liberação para os mutuários finais. Os recursos disponíveis, remunerados com base na taxa Selic, totalizam R\$ 32.484 (R\$ 34.763 em 31.12.2014).

A partir da edição da Resolução do Conselho Deliberativo do FAT (Codefat) nº 439, de 02.06.2005, estes recursos passaram a ser reembolsados ao FAT, mensalmente, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada Tade (Termo de Alocação de Depósitos Especiais do FAT), acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- a partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos; e
- a partir de 3 meses relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais.

Notas Explicativas

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			30.09.2015		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	14.414	499	3.311	19.355	22.666
FAT – Infraestrutura ⁽⁴⁾	18/2006	RA	50.041	3.047	27.564	107.681	135.245
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	21.237	33	284	79.585	79.869
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	31.630	659	1.325	115.199	116.524
Total (Nota 13.b)			117.322	4.238	32.484	321.820	354.304

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2014		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	12.091	426	4.945	26.690	31.635
FAT – Infraestrutura ⁽⁴⁾	18/2006	RA	51.169	2.826	26.129	137.008	163.137
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	24.548	71	481	91.215	91.696
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	37.516	1.659	3.208	130.730	133.938
Total (Nota 13.b)			125.324	4.982	34.763	385.643	420.406

⁽¹⁾ RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo);

⁽²⁾ Recursos remunerados pela Taxa Selic;

⁽³⁾ Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP); e

⁽⁴⁾ Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

NOTA 27 – Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado e de liquidez. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores e de mecanismos de mitigação de riscos.

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, operacionais, de mercado e de liquidez. O Comitê Corporativo de Gestão de Riscos aprecia e encaminha para deliberação da Diretoria Executiva as propostas de criação e ajustes nas estratégias, políticas, modelos e procedimentos para gestão de riscos, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco a coordenação da sua implementação e desempenho no Banco, por meio de unidade específica que gerencia em nível corporativo os riscos de crédito, operacionais, de mercado e de liquidez, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

Maiores informações relativas ao gerenciamento de riscos, focadas em questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), conforme prescreve a Circular nº 3.678, de 31.10.2013, do Banco Central do Brasil, podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br no link Sobre o Banco.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A Diretoria Executiva é responsável pela definição da estrutura de gerenciamento de capital do Banco, incluindo o Plano de Capital para o período de 2015 a 2017, que foi aprovado pelo Conselho de Administração em 12.12.2014. A Diretoria de Controle e Riscos é responsável pelo gerenciamento de capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, através da Resolução nº 3.988, de 30.06.2011. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br no link Sobre o Banco.

b) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte das obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Notas Explicativas

Exposições por Setor Econômico	Exposição	
	30.09.2015	31.12.2014
Operações de concessão de crédito, coobrigações e Garantias Prestadas	34.393.592	34.164.552
Público	1.700.986	1.415.797
Privado	32.692.606	32.748.755
Comércio	3.988.598	4.063.039
Comércio Exterior	1.142.531	1.057.432
Habitação	170	242
Indústria	9.447.768	9.879.206
Infraestrutura	3.206.752	3.272.057
Microfinança Urbana	2.804.473	2.687.935
Pessoas Físicas	221.862	221.660
Rural	6.899.158	6.989.896
Outros Serviços	4.981.294	4.577.288
Operações de Mercado	27.115.560	25.396.450
Títulos Públicos Federais	22.822.512	21.499.784
Operações Compromissadas	15.120.003	11.682.975
Outras	7.702.509	9.816.809
Depósitos Interfinanceiros	-	76.500
Outros Títulos e Valores Mobiliários	2.066.128	2.201.192
Outras Operações	2.226.920	1.618.974
Demais Ativos	4.073.258	3.255.316
Total	65.582.410	62.816.318

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, controlar e mitigar o risco, de forma a assegurar a exposição ao risco de crédito em parâmetros aceitáveis. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, modelos e metodologias de avaliação de risco, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e de apuração de despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser calculados de forma automática ou analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda, serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral, pela Diretoria ou pelo Conselho de Administração.

Todas as operações de crédito são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características de valor, prazo, natureza, finalidade e situação das garantias quanto a sua suficiência e liquidez.

Garantias de Operações de Crédito acima de R\$ 5.000 com Risco Total para o Banco

As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. Os saldos expostos a risco das operações de crédito com saldo acima de R\$ 5.000 importam em R\$ 5.238.495 (R\$ 5.025.460 em 31.12.2014). Essas operações estão lastreadas por garantias reais no montante de R\$ 4.144.657 (R\$ 4.052.869 em 31.12.2014). Tais garantias são avaliadas pelo menos uma vez a cada três anos ou em periodicidade menor, desde que ocorram fatos relevantes que envolvam o cliente ou a operação. Além de garantias tradicionais como as reais (hipoteca, penhor, alienação fiduciária de bens móveis, entre outras) e das garantias fidejussórias (fianças e avais pessoais), essas operações recebem outros tipos de garantias, tais como, quirografárias, penhor de títulos, fundos de aval, fundo de risco do FGPC, vinculação de cotas FPM/FPE e fiança bancária, dentre outros.

c) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, bem como pela possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu volume ser maior que o normalmente transacionado pelo mercado ou em razão de alguma descontinuidade deste.

O Banco utiliza-se de modelos de projeções para estimar as variações de caixa e gerenciar sua capacidade de honrar os compromissos futuros, comunicando a situação de liquidez da empresa à administração por meio de relatórios diários.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez contempla, dentre outros elementos, o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo desse índice são compostas por reservas bancárias e pela parcela de alta liquidez dos depósitos interfinanceiros, das operações compromissadas e da carteira própria de títulos.

Notas Explicativas

Especificação		30.09.2015 (%)	31.12.2014 (%)
Índice de Liquidez	Na data-base	303,81	358,18
	Média dos últimos 12 meses	348,90	354,53
	Máximo dos últimos 12 meses	429,24	429,24
	Mínimo dos últimos 12 meses	265,76	273,40

d) Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- VaR (*value at risk*) de operações ativas e passivas das carteiras de negociação e bancária, por fator de risco;
- mapa de exigência de capital, para cobertura dos riscos de mercado e liquidez;
- relatório de exposição cambial;
- análise de sensibilidade;
- testes de estresse;
- testes de aderência (*backtesting*); e
- relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponíveis aos órgãos reguladores e de controle. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e bancária, níveis de exposição cambial e índices de liquidez.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none"> Carteira de negociação: 1% do valor do Patrimônio de Referência Carteira Bancária: 5% do valor do Patrimônio de Referência 	Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, a área de gestão de riscos emite alerta para área específica de realização das operações financeiras.

Notas Explicativas

Análise de Sensibilidade

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de negociação e Bancária, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Carteira de Negociação						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	10.394.614	10.375.288	(19.325)	10.356.586	(38.027)
Carteira Bancária						
Cupom de Dólar	Redução do cupom	(173.453)	(182.726)	(9.273)	(192.990)	(19.537)
Cupom de Euro	Aumento do cupom	(77.293)	(77.332)	(39)	(77.370)	(77)
Cupom de IGP	Aumento do cupom	646.611	606.608	(40.003)	570.793	(75.818)
Cupom de IPCA	Redução do cupom	(9.059)	(13.160)	(4.101)	(16.275)	(7.217)
Cupom de TJLP	Aumento do cupom	142.961	108.399	(34.562)	83.215	(59.746)
Cupom de TR	Aumento do cupom	(2.125.025)	(2.147.417)	(22.392)	(2.162.818)	(37.792)
Juros Prefixados	Aumento da taxa de Juros	5.077.555	4.908.798	(168.757)	4.765.451	(312.105)

Para efeito dos cálculos acima, no cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na BM&FBovespa. Para a construção dos cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco mercado considerados, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do cenário 1 e os saldos dos cenários 2 e 3.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de *swap* e seus respectivos objetos de *hedge*, apresentada nos demonstrativos abaixo:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)	Cenário 3 (Variação de 50%)
<i>Derivativos para Hedge</i>	Aumento da taxa referencial BM&FBovespa DI x Dólar	<i>Swap</i> Dólar x DI	2.303.003	2.232.141	2.166.809
		Passivo em ME	(2.353.756)	(2.294.789)	(2.240.114)
		Exposição Líquida	(50.753)	(62.648)	(73.305)

Foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes do aumento do custo de oportunidade, nas operações prefixadas, e do aumento do cupom cambial, nas operações em moeda estrangeira.

Hedge Cambial e Respektivos Títulos

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de *hedge* cambial e respectivos títulos consistiu em apurar os saldos das operações passivas indexadas ao dólar e das operações de *hedge* (operações de *swap*) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Cenário 2 – neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Cenário 3 – neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

e) Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de perda efetiva, decorrente de falhas ou incorreções cometidas por pessoas, ocorridas em processos, sistemas ou decorrentes de fatores externos, incluindo os relacionados às questões legais.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial manter em níveis aceitáveis as probabilidades e/ou impactos das ocorrências de perda.

Notas Explicativas

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa dar suporte ao cumprimento da política corporativa em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária. A gestão se materializa por meio dos processos que fluem de forma dinâmica e contínua, conferindo-lhes, por meio de ações mitigadoras, níveis aceitáveis de exposição a risco.

O gerenciamento do risco operacional corporativo no Banco é realizado por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações em todos os processos, tendo como referência maior as resoluções do Banco Central. Sob o enfoque qualitativo, são utilizados metodologias, ferramentas de controle, ações de mitigação e relatórios gerenciais. Essa análise é composta pela descrição da gestão por processo e desenho de sua arquitetura – macroprocessos e processos de identificação do risco, controle, mitigação e plano de providências para a correção das fragilidades detectadas. Outra metodologia utilizada é a de autoavaliação de riscos e controles em processos – RCSA (*Risk and Control Self Assessment*), que permite conhecer os riscos inerentes a atividades e procedimentos, bem como definir o seu impacto. Além disso, permite a construção de Matriz de Riscos e definição de indicadores, com o intuito de se obter uma visão ampliada dos processos e aprimoramento do gerenciamento.

f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial vendida, no importe de R\$ 113.245 (R\$ 58.192 em 31.12.2014 – posição vendida), conforme a seguir:

Especificação	30.09.2015	31.12.2014	Especificação	30.09.2015	31.12.2014
Disponibilidades	106.813	38.002	Depósitos	-	10.032
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	Relações Interdependências	12.426	9.235
Operações de Crédito	1.076.605	807.610	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	107.249	76.219
Outros Créditos	1.403.463	1.094.875	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	3.427.182	2.449.764
			Outras Obrigações	1.416.281	1.068.149
Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos	2.586.881	1.940.487	Total de Passivos em Moedas Estrangeiras	4.963.138	3.613.399
Operações de Swap	2.263.012	1.614.720	Operações de Swap	-	-
Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras	4.849.893	3.555.207	Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras	4.963.138	3.613.399

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos, Controle Interno e Segurança (5% do Patrimônio de Referência).

g) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

O Bacen divulgou, a partir de março de 2013, os normativos que regulamentam a implantação no Brasil das recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas em seu conjunto por Basileia III, com início de vigência em outubro de 2013.

Os referidos normativos promoveram, basicamente, as seguintes alterações em relação às exigências vigentes até então:

- i. nova metodologia de apuração do capital regulamentar, no Brasil denominado Patrimônio de Referência (PR), que continuará a ser dividido nos níveis I e II;
- ii. apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal e introdução do Adicional de Capital Principal; e
- iii. revisão de algumas ponderações e ajustes no cálculo da exposição a Risco de Crédito.

Notas Explicativas

A apuração dos requisitos mínimos de capital está estabelecida como uma porcentagem do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA, na sigla em inglês). As novas regras estabelecem três requerimentos de capital independentes a serem observados continuamente pelas instituições financeiras, a saber:

- i. 4,5% para o Capital Principal que é composto principalmente pelo Capital Social, por ações, quotas, reservas e lucros retidos e instrumentos de dívida que atendam as exigências constantes do artigo 16 da Resolução nº 4.192, de 01.03.2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN);
- ii. 6% para o Nível I (até dezembro de 2014 era de 5,5%) que consiste na soma do Capital Principal e do Capital Complementar, sendo este composto de instrumentos de dívida que cumpram os requisitos estabelecidos no artigo 17 da Resolução nº 4.192, do CMN; e
- iii. 8% para o total do PR que é o somatório do PR Nível I e Nível II formado, basicamente, por instrumentos de dívida que estejam em consonância com o disposto no artigo 20 da Resolução nº 4.192, do CMN.

Adicionalmente às exigências relacionadas anteriormente, o Bacen determinou, ainda, a criação de uma exigibilidade complementar denominada Adicional de Capital Principal que corresponde aos chamados capital de conservação (fixo) e capital contracíclico (variável) previstos em Basileia III. Ao final do período de implantação, o Adicional de Capital Principal deverá ser de, no mínimo, 2,5% e, no máximo, 5% do montante RWA, devendo seu valor exato ser estabelecido pelo Banco Central do Brasil de acordo com o contexto macroeconômico.

Em 30.09.2015, o Banco apresentou um índice de Basileia Amplo (incluindo o capital para cobertura do RBAN) de 12,99% (15,73% em 31.12.2014) e os índices de Nível I e de Capital Principal ficaram, ambos, em 6,93% (9,20% em 31.12.2014). O PR apurado foi de R\$ 5.171.350 (R\$ 5.861.912 em 31.12.2014), o Nível I e o Capital Principal apresentaram o mesmo valor de R\$ 2.641.518 (R\$ 3.347.410 em 31.12.2014), enquanto os ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R\$ 38.142.028 (R\$ 36.392.687 em 31.12.2014).

Notas Explicativas

i. Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Especificação	30.09.2015	31.12.2014
Patrimônio de Referência (PR)	5.171.350	5.861.912
. Nível I	2.641.518	3.347.410
. Capital Principal	2.641.518	3.347.410
. Nível II	2.529.832	2.514.502
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	38.142.028	36.392.687
. Parcela RWACPAD	31.179.677	30.373.147
. Parcela RWACAM	915.073	528.687
. Parcela RWAJUR	100.918	60.909
. Parcela RWACOM	7.618	2.855
. Parcela RWAOPAD	5.938.742	5.427.089
Valor do RBAN	1.665.259	876.065
Margem sobre o PR Requerido (PR – [RWA * 11%])	975.727	1.858.716
Margem sobre o PR Requerido Considerando o RBAN {PR – ([RWA + RBAN]* 11%)}	792.549	1.762.349
Índices de Basileia:		
. Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%)	6,93%	9,20%
. Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 6,0%)	6,93%	9,20%
. Índice de Basileia (Requerimento mínimo de 11%)	13,56%	16,11%
. Índice de Basileia incluindo RBAN	12,99%	15,73%

Onde:

- . RWACPAD: parcela relativa às exposições a risco de crédito.
- . RWACAM: parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial.
- . RWAJUR: parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros.
- . RWACOM: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias.
- . RWAOPAD: parcela referente ao risco operacional.
- . RBAN: capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação

ii. Detalhamento do PR – (Basileia III)

Especificação	30.09.2015	31.12.2014
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	5.171.350	5.861.912
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I	2.641.518	3.347.410
Capital Principal	2.641.518	3.347.410
Capital Social	2.844.000	2.844.000
Reservas de Lucros	472.987	687.911
Reservas de Capital e de Reavaliação	17.153	19.394
Sobras ou Lucros Acumulados	581	-
Contas de Resultado Credoras	3.798.186	-
Contas de Resultado Devedoras	(3.769.899)	-
Ganhos ou Perdas Não Realizadas – Avaliação Patrimonial e TVM	(620.481)	(183.496)
Ajustes Prudenciais	(101.009)	(20.399)
Ajuste Prudencial – Ativos Intangíveis	(3.446)	(1.682)
Ajuste Prudencial – Ativos Diferidos	(54)	(159)
Ajuste Prudencial – Créditos Tributários de Diferenças Temporárias	(97.509)	(18.558)
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II	2.529.832	2.514.502
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	2.582.844	2.567.202
Investimento em Outras Entidades, deduzido do Nível II	(53.012)	(52.700)

Os Instrumentos de Dívida Subordinada contratados junto ao FNE, autorizados a compor o Nível II do PR, antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, do CMN, de 01.03.2013, de acordo com o § 2º do seu artigo 23, continuarão elegíveis até sua amortização, não estando, pois, sujeitos aos limitadores relacionados no artigo 28 da citada Resolução.

Quanto ao Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, a autorização para a continuidade da utilização integral do valor contratado, desta feita na condição de Capital Complementar, será requerida ao Bacen após a assinatura de aditivo, cujas bases estão sendo negociadas com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Enquanto isso, o valor registrado no PR de Nível II está sujeito às condições e aos limitadores definidos no artigo 28 da citada Resolução nº 4.192, do CMN, de 01.03.2013.

Notas Explicativas

iii. Índice de Imobilização

A Resolução CMN n° 2.669, de 25.11.1999, estabeleceu o limite de 50% do PR ajustado, a partir de dezembro de 2002, para o índice de imobilização. O índice de imobilização do Banco encontra-se conforme demonstrado a seguir:

Especificação	30.09.2015	31.12.2014
Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização	5.171.350	5.861.912
Limite para Imobilização	2.585.675	2.930.956
Situação	226.549	219.558
Margem	2.359.126	2.711.398
Índice de imobilização	4,38%	3,75%

NOTA 28 – Partes Relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

Especificação	30.09.2015	31.12.2014
Ativos		
Operações de Crédito – Refinanciamentos com o Governo Federal (Nota 9.a.1)	452.300	404.556
Total	452.300	404.556

Especificação	30.09.2015	31.12.2014
Passivos		
Depósitos a Prazo - FAT (Nota 13.b e Nota 26)	354.304	420.406
Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.c)	1.678.820	1.631.087
Tesouro Nacional	410	659
BNDES	1.530.712	1.464.027
Finame	147.698	166.401
Outras Obrigações	13.443.169	10.760.454
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE (Nota 16.f)	10.267.852	7.798.625
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 16.g e Nota 17)	1.434.148	1.356.540
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 16.h e Nota 18)	1.741.169	1.605.289
Total	15.476.293	12.811.947

a.2) As principais transações com as entidades vinculadas aos funcionários, Caixa de Previdência (Capef) e Caixa de Assistência Médica (Camed), apresentam a seguinte composição:

Especificação	30.09.2015	31.12.2014
Passivos		
Benefícios Pós-Emprego – Capef Plano BD (Nota 16.i)	306.339	130.268
Benefícios Pós-Emprego – Camed Plano Natural (Nota 16.i)	813.470	710.602
Benefícios Pós-Emprego – Seguro de Vida (Nota 16.i)	52.490	37.660
Total	1.172.299	840.870

b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Honorários	2.707	2.671
Diretoria	2.298	2.279
Conselho de Administração	206	200
Conselho Fiscal	203	192
Outros	971	979
Participação no Lucro	1.284	807
Total dos Benefícios de Curto Prazo	4.962	4.457
Benefícios Pós-Emprego	219	218
Total	5.181	4.675

Notas Explicativas

O Banco não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não concede benefício pós-emprego aos administradores, com exceção àqueles que fazem parte do quadro funcional, participantes de Plano de Previdência e de Assistência Médica dos funcionários do Banco.

O Banco não concede empréstimo a seus Diretores, membros de seu Conselho de Administração e Conselho Fiscal, pois a prática é proibida às instituições financeiras regulamentadas pelo Bacen.

NOTA 29 – Demonstração do Resultado Abrangente

Especificação	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2014
Lucro Líquido	200.944	429.051
Outros Resultados Abrangentes	(434.744)	139.265
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	(250.619)	(78.697)
Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	107.360	31.479
Realização da Reserva de Reavaliação	2.905	1.716
Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	(664)	(1.081)
Ganhos ou Perdas Atuariais	(293.726)	185.848
Resultado Abrangente	(233.800)	568.316

NOTA 30 - Outras Informações

a) Garantias Prestadas

As coobrigações e riscos em garantias prestadas pelo Banco apresentam a seguinte composição:

Especificação	30.09.2015	31.12.2014
Créditos Abertos para Importação	18.570	39.138
Créditos Exportação Confirmados	58.500	58.500
Beneficiários de Garantias Prestadas		
- Pessoas Físicas ou Jurídicas não Financeiras	450	-
- FNE	19.685.957	18.822.934
- FDNE	110.726	106.548
Coobrigações em Cessões de Crédito	22.673	22.881

Fortaleza, 03 de novembro de 2015.

OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

MARCOS COSTA HOLANDA
 PRESIDENTE

FRANCISCO DAS CHAGAS SOARES
 DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ISAIAS MATOS DANTAS
 DIRETOR DE ADMINIST. E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

MANOEL LUCENA DOS SANTOS
 DIRETOR DE CONTROLE E RISCO

ROMILDO CARNEIRO ROLIM
 DIRETOR FINANCEIRO E DE CRÉDITO

WANGER ANTONIO DE ALENCAR ROCHA
 DIRETOR DE NEGÓCIOS

JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA
 SUPERINTENDENTE DE CONTROLE FINANCEIRO

AÍLA MARIA RIBEIRO DE ALMEIDA MEDEIROS
 CONTADORA - CRC-CE Nº 016318/O-7

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores do

Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado – DVA, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, preparadas sob responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de novembro de 2015

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Eduardo Wellichen

Contador CRC-1SP184050/O-6